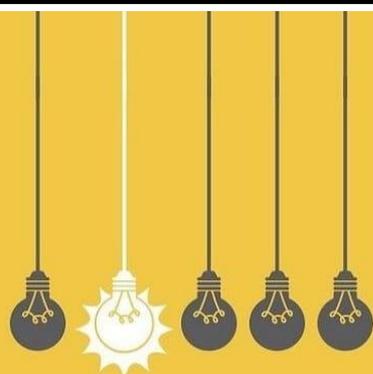


2023

Caderno de Resumos



XIX JORNADA DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA



MINISTÉRIO DA
EDUCAÇÃO



FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO

Márcia Ângela da Silva Aguiar

Presidência

Wilson Fusco

Diretoria de Pesquisas Sociais

Túlio Augusto Velho Barreto de Araújo

Diretoria de Memória, Educação, Cultura e Arte

Ana de Fátima Pereira de Sousa Abranches

Diretoria de Formação Profissional e Inovação

Darcilene Claudio Gomes

Coordenação do Programa de Iniciação Científica

Comitê Institucional do PIBIC/Fundaj

Ana de Fátima Pereira de Sousa Abranches

Beatriz Mesquita Pedrosa Ferreira

Cristine Vieira do Bonfim

Darcilene Claudio Gomes

Juceli Bengert Lima

Sylvia Costa Couceiro

Ane Caroline Ferreira da Silva

Auxiliar administrativa do Programa de Iniciação Científica

Rosilene Pereira da Silva

Assistente técnica do Programa de Iniciação Científica

XIX Jornada de Iniciação Científica da Fundação Joaquim Nabuco (20 de novembro de 2023, Recife, Pernambuco, Brasil).

Caderno de Resumos da XIX Jornada de Iniciação Científica. Recife, FUNDAJ, 2023.

64 p.
ISSN: 2447-4975

Sumário

APRESENTAÇÃO	4
NASCIMENTOS EM PERNAMBUCO: MOBILIDADE ESPACIAL.....	6
O LUGAR DA SOCIOLOGIA NO NOVO LIVRO DIDÁTICO PARA O ENSINO MÉDIO: UMA ANÁLISE COMPARATIVA DOS GUIAS DO LIVRO DIDÁTICO DE 2018 E 2021	11
ANÁLISE DOS CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS NA RESEX ACAÚ-GOIANA.....	15
OS MUNICÍPIOS DO BAIXO SÃO FRANCISCO E A AGENDA DE CUIDADO DOS RECURSOS HÍDRICOS	21
DA INTERDISCIPLINARIDADE À “DESDISCIPLINARIZAÇÃO”: UMA ANÁLISE DO LUGAR DA SOCIOLOGIA ESCOLAR NOS LIVROS DIDÁTICOS DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS APLICADAS DO ENSINO MÉDIO.....	27
EDUCAÇÃO: CONDIÇÕES DE ACESSO E PERMANÊNCIA PARA GARANTIA DA QUALIDADE. POLÍTICAS E TRAJETÓRIA ESTUDANTIL NA UFRPE	32
REPETÊNCIA E EVASÃO ESCOLAR NO ENSINO MÉDIO: CENÁRIO DE PERNAMBUCO DE 2014 ATÉ 2021	37
IMPACTO DA COVID-19 NOS PADRÕES ESPACIAIS E TEMPORAIS DA MORTALIDADE FETAL EM PERNAMBUCO.....	41
SISTEMAS DINÂMICOS COMPLEXOS E TEORIA DA COMPLEXIDADE NAS CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS: INTERDISCIPLINARIDADE E SUAS RELAÇÕES COM POLÍTICAS E DESIGUALDADES SÓCIO-ECONÔMICAS, EDUCACIONAIS E CIENTÍFICO-TECNOLÓGICAS	46
O ATENDIMENTO DE BEBÊS EM CRECHES E OS EFEITOS DA PANDEMIA DE COVID-19: PANORAMA DAS CONDIÇÕES DE TRABALHO DOCENTE NO RETORNO ÀS AULAS PRESENCIAIS	51
A DISCIPLINA DE SOCIOLOGIA NO CURRÍCULO DO ENSINO MÉDIO EM PERNAMBUCO.....	57



APRESENTAÇÃO

Este caderno reúne os resumos expandidos – resultantes das pesquisas realizadas pelos estudantes com seus orientadores – que foram submetidos à avaliação dos pesquisadores da Fundaj e professores convidados de outras instituições – e apresentados na XIX Jornada de Iniciação Científica (Joic).

Acreditamos que o Programa de Iniciação Científica da Fundaj atende ao seu compromisso de contribuir efetivamente com a formação de novos pesquisadores, produzindo e difundindo conhecimentos oriundos de pesquisas desenvolvidas na instituição. Os resultados conquistados no ciclo 2022-2023 evidenciam o fortalecimento do Programa, refletido no entusiasmo dos participantes e na qualidade dos trabalhos apresentados.

Desejamos uma agradável leitura!

Comitê do Programa de Bolsas de Iniciação Científica
Fundação Joaquim Nabuco





NASCIMENTOS EM PERNAMBUCO: MOBILIDADE ESPACIAL

Alan de Oliveira Gomes Junior; Morvan de Mello Moreira

Estudante do Curso de Enfermagem-UPE; e-mail: alan.gomesjunior@upe.br, Pesquisador da Diretoria de Pesquisas Sociais da Fundação Joaquim Nabuco;
E-mail: caromarhope@gmail.com

RESUMO: O presente estudo traz como objetivo questões e feições relacionadas à imposição de mobilidade espacial às mulheres pernambucanas no ciclo gravídico-puerperal, voltado para assistência, no qual resultam a terem seus filhos em outros locais que não seja o município onde residem. Metodologia: aborda os conceitos do uso de técnicas qualitativas e quantitativas. Constituído por meio de amplo levantamento bibliográfico sobre as relações entre deslocamentos espaciais de população em razão de atendimentos associados a nascimentos ocorridos, é utilizado o banco de dados de nascimentos do Ministério da Saúde no estado de Pernambuco. Resultados acarretando dinâmica reprodutiva das mulheres pernambucanas no período considerado, mostrando uma trajetória declinante no número absoluto dos nascimentos, que se dá na quase totalidade das gerês e por meio de dados o volume absoluto de nascimentos ocorrendo em gerês distintas da residência materna em 2020. Conclusão, o levantamento desses dados dá embasamento para outras pesquisas voltadas à atenção às pernambucanas no ciclo gravídico-puerperal, para proporcionar o entendimento do contexto no qual se encontra a população das mulheres na mobilidade espacial, dando uma ideia de que faltam insumos, infraestrutura e entre outros processos e atividades para elas terem que buscar atendimentos fora do seu município de residência.

Palavras-chave: gestantes; SUS; nascimento; mobilidade espacial; Pernambuco

INTRODUÇÃO

O sistema de saúde que acolhe as frações mais significativas da população brasileira tenha como princípio o acesso universal e igualitário. expressivas de suas usuárias, no que se refere à saúde sexual e reprodutiva, não dispõem de seus serviços de forma adequada, não só pela forma como os serviços estão organizados como também tais serviços estão distribuídos geograficamente (RIPISA, 2009; Ventura, 2009; Brasil, 2010a, 2010b, 2011). A distribuição espacial e a composição da infraestrutura de saúde guardam estreitas relações com o tamanho e as condições socioeconômicas da população demandante e com as políticas públicas de saúde, seus programas e estratégias preventivas (Travassos et al., 2006; Carvalho, 2013; Santos et al, 2014). Em termos nacionais estima-se que em torno de 25% dos nascimentos se dão fora do

município de residência da mãe e 1/3 deles fora da região de saúde (Maranhão et al., 2011).

Em Pernambuco é ampla a mobilidade espacial das mães. Considerando a repartição espacial por meio das Gerências Regionais de Saúde – Geres, 52,3% dos nascimentos no estado ocorrem na Geres I, constituída essencialmente pela Região Metropolitana do Recife, que abriga em sua maioria a população pernambucana, ou como é o caso da Geres XII (parte expressiva da Mata Norte pernambucana), em que, aproximadamente, de cada três mães residentes na mesma apenas uma ali teve seu filho (Moreira; Fusco, 2021).

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Este texto descreve uma pesquisa que utiliza abordagens qualitativas e quantitativas para analisar os deslocamentos espaciais da população em relação aos atendimentos relacionados a nascimentos em Pernambuco, no ano de 2020, com base no banco de dados do Ministério da Saúde (Sinasc). O objetivo é informar a formulação de políticas públicas de saúde mais abrangentes e eficazes, com foco na redução das desigualdades sociais.

A pesquisa se concentra nas informações sociodemográficas das mães e destaca a importância dos indicadores que revelam disparidades no acesso aos serviços de saúde. Além disso, considera as dimensões espaciais para entender as especificidades regionais. A pesquisa também enfatiza a necessidade de um atendimento de saúde humanizado e sem preconceitos.

No geral, o objetivo central do trabalho é analisar os nascimentos em Pernambuco em 2020, levando em consideração as gerês de ocorrência dos nascimentos e as gerês de residência das mães, com o propósito de fornecer insights valiosos para a formulação de políticas de saúde mais eficazes e igualitárias.

RESULTADOS/DISCUSSÃO

Os presentes dados resultam da análise de dados realizada neste estudo que se concentra nas informações disponíveis no Datasus, abrangendo o período de 2017 a 2020, com o objetivo de compreender a dinâmica temporal dos nascimentos em Pernambuco. No entanto, a ênfase principal é dada aos dados de 2020, uma vez que a pesquisa visa investigar o volume anual de nascimentos e a mobilidade espacial das mulheres durante

o ciclo gravídico-puerperal nas diferentes gerências regionais de saúde do estado. O texto aborda a dinâmica reprodutiva das mulheres em Pernambuco, destacando uma tendência de declínio no número de nascimentos, principalmente em gerês como Recife e Palmares, que parcialmente atribuído à covid-19, que afetou a busca por serviços hospitalares.

A análise da distribuição das taxas brutas de natalidade nas diferentes áreas de residências revelam disparidades significativas. O texto analisa a dinâmica reprodutiva em Pernambuco, observando uma queda geral no número de nascimentos ao longo de um quadriênio, com reduções significativas em Recife e Palmares, possivelmente influenciadas pela covid-19. As taxas de natalidade variam entre as regiões, com destaque para Salgueiro, Afogados da Ingazeira e Recife com taxas mais altas, e Goiana com a taxa mais baixa.

Quanto à capacidade de atendimento médico, destaca-se que Recife apresentou a maior cobertura, enquanto Goiana possui a menor. A mobilidade das gestantes entre as regiões é analisada, apontando que algumas gerês recebem mais gestantes do que enviam, enquanto outras têm mais saídas do que entradas.

No geral, o texto enfatiza as disparidades regionais na distribuição de nascimentos e na capacidade de atendimento médico em Pernambuco, destacando as diferenças nas taxas de natalidade, na cobertura de serviços de saúde e na mobilidade das gestantes.

Discute a mobilidade dos nascimentos entre locais, indicando que algumas regiões recebem mais parturientes de outras áreas do que enviam, enquanto outras têm um saldo negativo. Também ressalta as distâncias entre as Gerês e a movimentação total de gestantes, destacando Recife e Salgueiro como áreas com maior movimento.

Uma das mensurações diz respeito ao estresse associado à mobilidade das gestantes medido pela quantidade de quilômetros que as parturientes percorrem para serem atendidas, sintetizada na tabela abaixo.

Tabela 1 - Pernambuco – Municípios sede de Geres - Entradas e Saídas em quilômetros de deslocamento e ordem de grandeza

GERES	ENTRADAS - Km percorrido pelos forâneos (% de forâneos X distância entre Geres)		SAÍDAS - Km percorrido pelos residentes (% de residente X distância entre Geres)		Movimento Total (Entradas e Saídas)	
	Km	Ordem	Km	Ordem	Km	Ordem
Recife	2352,7	2	121,7	12	2.474,50	10
Limoeiro	2286,6	3	2.556,40	7	4.843,10	3
Palmares	1056,2	6	4.338,60	1	5.394,80	2
Caruaru	507,2	10	3.881,20	4	4.388,40	5
Garanhuns	885,5	7	3.537,60	5	4.423,10	4
Arcoverde	1895,4	4	4.143,80	3	6.039,10	1
Salgueiro	2520,1	1	1.217,70	10	3.737,80	8
Petrolina	637,9	8	1.151,20	11	1.789,20	11
Ouricuri	0.0	11	1.396,40	9	1.396,40	12
Afogados da Ingazeira	1591,2	5	1.816,70	8	3.407,90	9
Serra Talhada	584,8	9	3.455,90	6	4.040,70	7
Goiana	0.0	12	4.161,80	2	4.161,80	6

Fonte: Secretaria de Saúde de Pernambuco.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo traz como fundamental a análise de dados a respeito das questões voltadas à atenção às mulheres pernambucanas durante o ciclo gravídico-puerperal, para entendimento da mudança espacial por diversos fatores no qual sejam infraestruturas e recursos necessários. o SUS como seus princípios trás os três pilares para uma assistência integral, igualitária e universal e mostra também as necessidades de cada mulher. A pesquisa trouxe dados para desenvolvimento do ao acesso de qualidade e qual é complexo o contexto abordado e como o sistema único de saúde tem papel fundamental para proporcionar tudo a essas genitoras de maneira eficaz, qualidade e de acordo com suas necessidades.

AGRADECIMENTOS

Deixo aqui meus devidos agradecimentos à Fundação Joaquim Nabuco e às pessoas envolvidas e que me ajudaram no processo de construção desse projeto tão benéfico e bom para a sociedade e principalmente ao meu orientador Morvan, que teve empatia e me ajudou em diversas situações e dificuldades nesse projeto.

REFERÊNCIAS

RIPSA - Rede Interagencial de Informações para Saúde. **Demografia e saúde: contribuição para análise de situação e tendências** / Rede Interagencial de Informações para Saúde. – Brasília: Organização Pan-Americana da Saúde, 2009. 144 p. il. – (Série G. Estatística e Informação em Saúde) (Série Informe de Situação e Tendências)

MARANHÃO, A. G. K.; VASCONCELOS, A.M. N.; ALY, C. M. C.; RABELLO NETO, D. L. ; PONCIONI, I.; MARANHÃO, M. H. N.; REYES LECCA, R. C.; FERNANDES, R. M. **Como nascem os brasileiros: descrição das características sociodemográficas e condições dos nascimentos no Brasil, 2000, 2005 e 2009**. Saúde Brasil 2010: uma análise da situação de saúde e de evidências selecionadas .de impacto de ações de vigilância em saúde. Brasília: Editora MS, 2011, v. 1, p. 21-49. Disponível em: http://portal.saude.gov.br/portal/arquivos/pdf/cap_1_saude_brasil_2010.pdf, 2011.

MOREIRA, M.; FUSCO, W.. **Dinâmica Populacional do Nordeste – Nascer em Pernambuco: o futuro próximo**. Série Relatórios de Pesquisa / Fundação Joaquim Nabuco. -- vol. 10, no. 4 Recife: Editora Massangana, 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/fundaj/pt-br/composicao/dipes-1/publicacoes/relatorios-de-pesquisas/volume-10-numero-4-2021-titulo-dinamica-populacional-do-nordeste-2013-nascer-em-pernambuco-o-futuro-proximo>

Ministério da Saúde, **Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos – SINASC**, Brasília: Ministério da Saúde; 2017,

O LUGAR DA SOCIOLOGIA NO NOVO LIVRO DIDÁTICO PARA O ENSINO MÉDIO: UMA ANÁLISE COMPARATIVA DOS GUIAS DO LIVRO DIDÁTICO DE 2018 E 2021

Anne Vitória Leite Xaves; Túlio Augusto Velho Barreto de Araújo

Estudante do Curso de Licenciatura plena em História - UNICAP; e-mail:
anne.xaves@gmail.com, (Cecim-Dipes/ProfSocio-Difor);
e-mail: tulio.araujo@fundaj.gov.br

RESUMO: Este subprojeto teve como objetivo analisar o lugar reservado às Ciências Sociais na primeira leva de livros didáticos adquiridos pelo Programa Nacional do Livro e Material Didático (PNLD), já alinhados ao currículo do Novo Ensino Médio (NEM). Como materiais de análise, foram elencados o *Guia do Livro Didático das Ciências Humanas e Sociais Aplicadas* de 2021, e o *Guia do Livro Didático de Sociologia* de 2018, cujo espaço temporal entre a produção dos referidos documentos abarcou o processo de aderência do programa aos parâmetros da então nova Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Utilizando técnicas provenientes da análise documental e de conteúdo, buscou-se, através da sondagem de referências implícitas ou explícitas à conceitos, métodos e teorias próprias da área, mensurar seu impacto nas obras, considerando sua grande relevância para uma formação crítica e cidadã dos estudantes. Nesse intento, constatou-se uma verdadeira carência acerca das contribuições do campo, o qual teve sua trajetória nominal interrompida no PNLD pela implementação do processo de integração curricular das áreas, outrora preconizado pela BNCC, e constituindo uma proposta historicamente controversa dentro do próprio meio educacional.

Palavras-chave: BNCC; CIÊNCIAS SOCIAIS; NOVO ENSINO MÉDIO; PNLD; SOCIOLOGIA

INTRODUÇÃO

Os objetos desta pesquisa, os Guias do Livro Didático, constituem-se como documentos oficiais e subprodutos do Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD), promovido pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), e pertencente ao Ministério da Educação (MEC). O referido programa, categorizado como uma política pública direcionada ao aprimoramento e promoção da equidade educacional, é responsável por articular anualmente a seleção, avaliação, compra e distribuição de livros e materiais didáticos para as escolas públicas de todo o país, cujo funcionamento já fez do Estado brasileiro o maior comprador de livros do mundo (MEUCCI, 2014). Assim que aprovados, as avaliações das obras são compiladas e disponibilizadas através de *Guias* (separados por suas funcionalidades, áreas e disciplinas), os quais servem como uma espécie de “cartilha” de seleção, direcionada aos docentes e gestores das escolas públicas. Fundado oficialmente em 1985, e desde

então possuindo diversas alterações e intercorrências, em sua versão mais recente, o programa foi adaptado para adequar-se à proposta curricular preconizada pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC), e mais especificamente no que tangia as obras para o Ensino Médio, cuja etapa do Ensino Básico fora acometida de uma ampla reforma institucionalizada pelo decreto 13.415/2017, e precedida pela Medida Provisória 746/2016. O antigo formato, responsável por ofertar livros didáticos dispostos individualmente para cada disciplina do currículo, a partir de 2021, avaliaria somente coletâneas de livros pertencentes a uma grande área de estudos, tal qual previsto pelos *Itinerários Formativos* da BNCC. Dessa forma, todo o conteúdo didático referente aos componentes da História, Geografia, Filosofia e Sociologia, passou a ser condensado em uma coletânea de livros pertencentes à grande área de *Ciências Humanas e Sociais Aplicadas*, sendo interdisciplinares e autocontidos. Buscou-se aqui, portanto, mensurar qual o impacto da Sociologia na estreia deste novo sistema, considerando sua intermitência dentro dos currículos oficiais do Ensino Básico, e que a mesma tivera uma curta trajetória nominal dentro do programa, figurando apenas nas edições de 2012, 2015 e 2018, antes da alteração. Anteriormente a BNCC, diversos parâmetros e diretrizes educacionais reafirmaram sua importância para a formação crítica e cidadã dos estudantes, entretanto, a mesma só veio a ser oficialmente incluída nos currículos escolares em 2008, a partir da Lei 11.684, que alterou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB 9.394/96). Especula-se, portanto, como a disciplina é projetada nesse novo - e controverso - cenário educacional, considerando que o livro didático é, de acordo com Omar Díaz (2011), não apenas um “tradutor” dos currículos oficiais, como também objeto que perpassa e reproduz relações de saber e poder.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para além da aplicação dos métodos consolidados de análise documental e de conteúdo, a pesquisa demandou também recorreu à análise de discurso, contundente em diversos momentos de sua construção. Considerando a discrepância entre os dois objetos primários da pesquisa, representando essencialmente concepções distintas não apenas do PNLD, como também do próprio Ensino Básico em si, cada material acabou por exigir uma avaliação adaptada. Referente ao Guia de 2021, a fim de “decantar” a identidade de cada componente curricular, evidenciar-se-ia a construção de tabelas analíticas que observassem os princípios do referido modelo educacional, dispondo

quais competências, habilidades, temáticas e categorias conceituais obtiveram maior destaque nesta edição. Quanto ao Guia de 2018, muito mais intuitivo graficamente, aplicou-se um fichamento tradicional no seu exame. Constituíram-se como objetos secundários desta pesquisa variados editais do PNLD, websites, materiais de apoio aos docentes (ofertados pelas próprias editoras), e o próprio material selecionado pelo levantamento bibliográfico da pesquisa.

RESULTADOS/DISCUSSÃO

No primeiro semestre da pesquisa, foi elencado como foco principal o Guia do Livro Didático de 2021 e suas obras. Tal atividade demandou um conhecimento minucioso da proposta incorporada pelos livros, cujo processo de aglutinação dos componentes fora denominado de *Integração Curricular*. Acerca da proposta, polêmica e já antiga no campo da educação, tanto no Guia como em outros documentos oficiais do PNLD, o novo modelo fora apresentado como um meio de ruptura de velho ensino disciplinarmente “desconexo e fragmentado” (BRASIL, 2021). Entretanto, apesar de se propor a respeitar as particularidades de cada disciplina, observou-se que tal preceito nem sempre fora atendido. Apesar de frequentemente presente nos processos que instigam a iniciação científica dos discentes, recorrendo frequentemente a metodologias consagradas das Ciências Sociais, a Sociologia ainda era pouco creditada conceitualmente, denotando uma falta de regularidade na abordagem dos componentes dentro das obras. Acerca do trabalho com o Guia de 2018, último material de uma trajetória nominal interrompida no PNLD, por ser exclusivo da Sociologia, não exigiu um exame individualizante, mas sim a análise de qual trajetória estava sendo construída pela disciplina dentro do Ensino Básico, considerando sua recente inclusão nos currículos escolares (em 2008), e perda da obrigatoriedade de ensino para todas as séries do Ensino Médio, a partir da reforma aprovada em 2017. As obras aprovadas pela edição não revelam apenas alinhamentos epistêmicos ou didáticos, como o próprio Guia se constitui como porta de voz - à época - das expectativas de toda uma comunidade acadêmica e docente que se viu de certa forma desamparada, e invalidada, pela redução de seu alcance dentro do Ensino Básico.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar da proposta de integração se pautar principalmente na premissa da interdisciplinaridade, constatou-se, através da análise do material supracitado, e dos próprios apontamentos feitos por avaliadores oficiais do PNLD, que, na prática, tal

objetivo e critério avaliativo nem sempre fora atendido. De acordo com Oliveira et al. (2018), a perda da obrigatoriedade da disciplina no ensino, ocasiona um embargo ao acesso a um importante “capital cultural”, o qual muitos jovens dificilmente terão acesso fora da escola. Nesse sentido, alinhamo-nos à mesma opinião, considerando o livro didático como uma tradicional ferramenta de diálogo entre professores e alunos, universidades e escolas.

AGRADECIMENTOS

Devo agradecer ao meu orientador, Túlio Velho Barreto, por ter oportunizado, viabilizado e apoiado meu trabalho, cuja possível dissensão pela minha formação exigiu de certa forma uma aposta de fé, e à minha família por acreditar na minha trajetória acadêmica, cuja manutenção requer um apoio incondicional que só eles são capazes de proporcionar.

REFERÊNCIAS

MEUCCI, Simone. Notas Sobre o Pensamento Social Brasileiro nos Livros Didáticos de Sociologia. **Revista Brasileira de Sociologia**, v. 02, n. 03, jan-jun/2014, p. 207-232

OLIVEIRA, Amurabi; BINSFELD, Willian; TRINDADE, Tayná. A Reforma do Ensino Médio e suas Consequências: O que pensam os professores de sociologia. **Revista Espaço do Currículo**, v. 11, n. 2, p. 249-259, 2018.

TURRA DÍAZ, Omar Rolando. A atualidade do livro didático como recurso curricular. **Linhas Críticas**, p. 609-624, 2011.

ANÁLISE DOS CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS NA RESEX ACAÚ-GOIANA

Athylas Nathanael Accioly Correia¹; Beatriz Mesquita Pedrosa Ferreira²

¹Estudante do Curso de Geografia.-UFPE; e-mail: correiaaccioly1@gmail.com, ²Pesquisadora da Centro de Estudo em Dinâmicas Sociais e Territoriais - CEDIST/DIPES/Fundaj; e-mail: mesquitabia@hotmail.com

RESUMO: O consumo crescente da sociedade tem acelerado a escassez dos recursos naturais, causando desequilíbrios socioambientais. A exploração desordenada dos recursos impulsiona a necessidade de uma mudança para o uso sustentável, exemplificada pelas Unidades de Conservação (UC). O estudo se concentra na Reserva Extrativista (RESEX) Acaú-Goiana. A criação desta Unidade ocorreu em 2007 após demandas dos pescadores(as) locais, o território enfrenta desafios relacionados a conflitos de uso do espaço, incluindo atividades agrícolas e industriais ao seu redor. Assim, a pesquisa identificou conflitos existentes, como: derramamento de vinhoto e fibra-celulose, queimadas e construções irregulares. Adicionalmente indicou ações de investimento em pessoal da gestão da UC e município para fortalecer a gestão.

Palavras-chave: Reserva Extrativista; Conselho; UC; Impactos socioambientais

INTRODUÇÃO

Ano após ano o consumo da sociedade vem aumentando expressivamente, na medida que isso ocorre, a escassez dos recursos naturais também acelera. Assim, o cenário em questão provoca um desequilíbrio no meio ambiente. Nesse sentido, a exploração desordenada dos recursos naturais, seja pelo expressivo aumento da população ou o exacerbado ritmo de consumo, demanda à sociedade civil, pública e privada, uma mudança na utilização dos recursos naturais de forma sustentável (Hassler, 2005). Uma das ferramentas utilizadas para gerir o uso e a conservação dos recursos é a criação de áreas protegidas, como as Unidades de Conservação (UC).

É importante a análise da evolução dos instrumentos de proteção ambiental, visando evidenciar a relevância das áreas protegidas. Assim, pode-se compreender as motivações por trás da criação desses espaços, bem como para a sua exploração, as quais sofreram influências políticas e sociais que contribuíram para a formação dos atuais sistemas de proteção. Ao analisar esta evolução é possível identificar tendências, padrões e processos que foram decisivos para a configuração do sistema de áreas protegidas atual (Medeiros, 2006). Os espaços das UC sofrem pressões de diversos grupos para usufruir o território, originando assim conflitos socioambientais. Os

conflitos estão rodeados de interesses de conservação e de exploração. A disputa para utilizar o recurso natural é bastante intensa, originando problemáticas para as populações tradicionais historicamente usuárias do território (Soares, 2018).

Segundo Vivacqua (2005, p. 140), “os conflitos socioambientais designam as relações sociais de disputa/tensão entre diferentes grupos ou atores sociais pela apropriação e gestão do patrimônio natural e cultural”. Na categoria de UC de uso sustentável se destaca a Reserva Extrativista (RESEX), a qual é fundamentada em um território de comunidade tradicional em que a subsistência dessa população está ancorada no extrativismo. Ainda, existe uma co-gestão do território com os comunitários beneficiários que proporciona um ambiente mais engajado na conservação da localidade em questão (Allegretti, 2008). Na Resex Acaú-Goiana localizada nos estados de Pernambuco e Paraíba é possível evidenciar conflitos socioambientais presentes no território que são ocasionados por diferentes setores econômicos. A área em questão detém empreendimentos com atividades agrícolas (cana-de-açúcar e carcinicultura) e indústrias (cimenteiras, mineração) (Araújo, 2016). Assim, a pesquisa visa identificar os conflitos socioambientais presentes na Resex Acaú-Goiana, além de ações que possam colaborar para a gestão e manutenção das Resex.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Este estudo está inserido em projeto aprovado pelo Comitê de ética e autorização no SISBIO. A pesquisa está caracterizada por abordagem qualitativa, por meio do viés exploratório (Gil, 2010). Assim, evidencia levantamentos de dados primários e secundários. Foi empregada a observação não participante (Gil, 2010) de três reuniões do Conselho Deliberativo da Resex Acaú-Goiana (2022-2023) a fim de coletar dados da vivência do conselho; análise de conteúdo (Bardin, 1977) a partir de 35 atas das reuniões do Conselho para identificar os conflitos e as ações que colaboram para a manutenção e gestão da UC. Também, entrevistas com gestores municipais (3 entrevistas), lideranças locais (4 entrevistas) e gestão da Resex Acaú-Goiana (1 entrevista).

RESULTADOS/DISCUSSÃO

No estado de Pernambuco e Paraíba encontra-se na esfera federal a Resex Acaú-Goiana. A UC se localiza nos municípios de Goiana-PE, Caaporã-PB e Pitimbú-PB, em uma área total de 6.679,69 hectares. A Resex Acaú-Goiana é identificada como um ambiente marinho/costeiro e sua principal atividade extrativista é a pesca e a coleta de

produtos marinhos para artesanato (Lima, 2016). No quadro 1 estão listados os conflitos que foram mapeados a partir da leitura das Atas do Conselho Deliberativo da Reserva, possuindo a estrutura do ano da ata, o número da reunião, o conflito e quem o apresentou na reunião do conselho.

Quadro 1- Principais conflitos mapeados nas Atas da Resex Acaú-Goiana (2013-2021).

ANO	Nº DA ATA	CONFLITO ENCONTRADO	CONFLITO APRESENTADO
2013	3ª reunião ordinária	Derramamento de vinhoto por parte da Usina Santa Tereza.	Comunitário
2015	9ª reunião ordinária	Derramamento de fibra celulose no rio pela empresa Klabin e as repercussões para os pescadores(as).	Poder público
2017	9º reunião ordinária	Construções irregulares de bares e caixaras no território da Resex	Comunitário
2017	3º reunião extraordinária	Empresa RM Aquicultura proibindo os pescadores de pescar, no seu entorno, área da Resex.	Comunitário
2019	21º reunião ordinária	Queima da palha da cana-de-açúcar ao redor da Unidade	Comunitário
2019	21º reunião ordinária	Relato da chegada do petróleo na Resex e suas consequências para os pescadores(as).	Comunitário
2021	4º reunião extraordinária	Retirada do mangue para plantação da cana-de-açúcar.	Comunitário

Fonte: Autor, 2023.

O ano de 2013 é marcado pelos conflitos originados por impactos ambientais causados por indústrias instaladas ao redor da Resex. Nesse sentido, o primeiro conflito encontrado foi o derramamento de vinhoto por parte da empresa Usina Santa Tereza, ocorrência discutida no Conselho pelos representantes das comunidades. O vinhoto é um subproduto da fabricação do álcool que se dado o destino incorreto pode causar danos significativos ao ambiente (Lago, 2018). Assim, os comunitários relataram a presença desse material nos rios das redondezas e que essa situação ocasionou mortandade de peixes.

Já em 2015, o destaque foi o impacto ocasionado pela empresa Klabin. A empresa instalou um equipamento novo que sofreu pane, a máquina acabou vazando fibra-celulose no rio e o resíduo em contato com a água originou uma camada no espelho d'água ocasionando mortandade de peixes. Pescadores ficaram impossibilitados de pescar.

É atestado nas atas das reuniões da Resex Acaú-Goiana o desconforto dos conselheiros pela lentidão de ações por meio da CPRH (Agência Estadual de Meio Ambiente-PE), a exemplo do Conselheiro que declara “desabafo de indignação quanto a lentidão dos processos burocráticos da CPRH e da impunidade das empresas que poluem e agridem o meio ambiente prejudicando principalmente as famílias dos pescadores” (ATA, 12/06/2013). Constata-se que é de suma relevância a presença efetiva dos órgãos responsáveis municipais, estaduais e federais, para a manutenção de um ambiente seguro e sustentável para todos os atores, sejam as comunidades ou empreendimentos. Pontua-se, também, construções irregulares nas dependências da Resex Acaú-Goiana como um conflito recorrente nas pautas das reuniões do conselho. Os representantes comunitários relatam que algumas caiçaras são transformadas em bares e o surgimento de casas, que causam impactos na localidade da Reserva.

No quadro 1 é possível identificar na ata da 3ª reunião extraordinária o conflito socioambiental ocasionado por parte da empresa RM Aquicultura. Na ocasião, a empresa impediu pescadores beneficiários da Resex de pescar em seu entorno. O empreendimento é dono da Ilha do Tiriri, e promoveu fiscalização abusiva impedindo os pescadores de pescarem nesta região. A área no entorno da empresa é inserida na Resex e assim, os pescadores beneficiários da Reserva possuem o direito de utilizar a localidade.

É primordial evidenciar que a partir de 2018 as atas das reuniões do Conselho da Resex Acaú-Goiana sofreram alterações em seu formato. Essa mudança fez com que os documentos ficassem mais objetivos e menos detalhados. Em consequência, impossibilitou um maior esclarecimento dos acontecimentos ocorridos na Resex, considerando-se que as atas das Resex são documentos públicos e são importantes para sociedade ter conhecimento das discussões e decisões que estão sendo tomadas no território da Resex.

No ano de 2019 foi apresentado nas atas conflitos pela queima de palha da cana-de-açúcar. O manejo do fogo controlado para fins agrícolas é permitido pela legislação de Pernambuco (Instrução Normativa CPRH N 008/2014). Nessa normativa são encontradas informações, como o horário da queima: “empregar o fogo apenas no início da manhã, no final da tarde ou à noite” e também “observar a intensidade e direção do vento”. Porém, a fuligem e a fumaça acabam afetando todos que moram nas proximidades causando danos à saúde da população e criando conflito entre os moradores e as usinas (Roseiro, 2004). Ainda no quadro, é notado que os representantes

das comunidades são os principais atores que levam os conflitos para as reuniões da Resex. Os comunitários desempenham um papel fundamental na inserção de discussões sobre os conflitos nas reuniões visando a manutenção de seus direitos no território.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O período abordado durante a análise de conteúdo, principalmente entre os anos de 2013 e 2019, foi marcado por diversos conflitos socioambientais na Reserva Extrativista Acaú-Goiana. É possível identificar que esses conflitos foram originados principalmente pelas atividades das indústrias instaladas no entorno da Resex, gerando problemáticas como derramamento de vinhoto, vazamento de fibra-celulose, queima de palha da cana-de-açúcar, construções irregulares e outras situações. Os representantes comunitários desempenharam um papel crucial ao trazerem os conflitos socioambientais para as reuniões do conselho da Resex, buscando a proteção do território e dos direitos das comunidades. A ausência de fiscalização efetiva por parte dos órgãos responsáveis foi o motivo mais discutido para justificar a lentidão na resolução dos problemas e a falta de punição das empresas poluidoras. Além disso, a ausência de recursos financeiros e de servidores nos órgãos ambientais comprometeu a eficácia das atividades de monitoramento, fiscalização e aplicação de regulamentações. É importante salientar que a implementação de projetos financiadores colabora com o fortalecimento da gestão e manutenção da UC. Portanto, a análise das atas das reuniões do conselho da Resex Acaú-Goiana revela a complexidade dos desafios enfrentados na gestão ambiental e a importância de um esforço conjunto entre comunidades, órgãos governamentais e sociedade civil para garantir a proteção efetiva do território e a sustentabilidade da região.

AGRADECIMENTOS

É importante o agradecimento ao CNPQ e a FUNDAJ pelo fomento da bolsa de PIBIC. Também, a todos que contribuíram para o andamento da pesquisa.

REFERÊNCIAS

ALLEGRETTI, M. A construção social de políticas públicas. Chico Mendes e o movimento dos seringueiros. *Desenvolvimento e Meio Ambiente*, v. 18, p. 39-59, 2008.
ARAÚJO, I. M. M.; NASCIMENTO, M. M. B.; OLIVEIRA, A. G. R. C. Recursos hídricos e a saúde humana: impactos industriais e estratégias de manejo e proteção

ambiental no município de Goiana/PE. *Revista Internacional Interdisciplinar*, v. 13, n. 3, p. 163-181, 2016.

BARDIN, L. *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 1977.

GIL, A. C. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2010.

HASSLER, M. L. A importância das Unidades de Conservação no Brasil. *Sociedade & Natureza*, v. 17, n. 33, p. 79-89. 2005.

LAGO, R. M.. Estudos sobre o aproveitamento do vinhoto e os impactos ambientais na região de Rio Brilhante. 2018. Monografia (Bacharel em Engenharia de Produção) - Universidade Federal da Grande Dourados. Dourados, p. 52. 2018.

LIMA, M. E. A. Gestão participativa na reserva extrativista Acaú-Goiana: o papel da comunidade de Acaú - PB. 2016. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) - Universidade Federal de Pernambuco. Recife, p.146. 2016.

MEDEIROS, R. Evolução das tipologias e categorias de áreas protegidas no Brasil. *Ambiente & Sociedade*, v. 9, n. 1, p. 41-64, jan./jun. 2006.

SOARES, I. A.; OLIVEIRA, J. E. L.; LIMA, E. R. V. Conflitos socioambientais na Área de Proteção Ambiental de Jenipabu-RN. *Revista Brasileira de Geografia Física*, v. 11, n. 2, p. 490-509, 2018.

ROSEIRO, M. N. V.; TAKAYANAGUI, A. M. M. Meio ambiente e poluição atmosférica: o caso da cana-de-açúcar. *Saúde Santa Maria*, p. 76-83, 2004.

SILVEIRA, P. C. B.; PEDROSA, B. M. J.; MELO, L.; OLIVEIRA FILHO, I.. Estuário, paisagem fluxo de pescadores artesanais. *Iluminuras*, v.14, n. 34, p. 304-323, ago./dez. 2013.

VIVACQUA, M.; VIEIRA, P. H. F.. Conflitos socioambientais em Unidades de Conservação. *Política & Sociedade*, v. 4, n. 7, p. 139-162, out. 2005.

OS MUNICÍPIOS DO BAIXO SÃO FRANCISCO E A AGENDA DE CUIDADO DOS RECURSOS HÍDRICOS

Ediane Cristine da Silva Vasconcellos¹; Edneida Rabêlo Cavalcanti²

¹Estudante do Curso de Geografia - UPE; e-mail: ediane.vasconcellos@upe.br,

²Pesquisadora da Diretoria de Pesquisas Sociais - Coordenadora do Centro de Estudos em Dinâmicas Sociais e Territoriais da Fundaj – Dipes/Cedist; e-mail: edneida.cavalcanti@fundaj.gov.br

RESUMO: a Política Nacional de Recursos Hídricos e o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos mudaram os paradigmas existentes em relação à gestão da água, implementando a lógica da descentralização e da participação, tomando a bacia hidrográfica como unidade de planejamento. Nessa direção, o município não detém a titularidade sobre os recursos hídricos e o espaço de discussão e tomada de decisão passou a ser do Comitê de Bacia Hidrográfica. Nem por isso o papel do município é menor quando o assunto é o cuidado com a água, pois várias são suas competências que incidem diretamente nas questões ligadas ao tema da água. O trabalho desenvolvido usando metodologia de pesquisa exploratório qualitativa, revisão bibliográfica, das legislações e políticas públicas, a partir de informações secundárias, e a coleta de dados *in loco*, com observação direta e de aplicação de questionário semiestruturado. A pesquisa revelou que a inserção da gestão dos recursos hídricos na estrutura municipal não é bem definida e, em geral, integra ações nas secretarias municipais de meio ambiente, quando existentes, mas predominantemente na pasta relativa à infraestrutura. Nos municípios que possuem Conselhos Municipais de Meio Ambiente os temas em destaque incluem a preservação e recuperação de nascentes, práticas sustentáveis, reflorestamento, implementação da coleta seletiva desmatamento dos mangues, poluição dos rios e à carência de infraestrutura. A estrutura de gestão municipal ainda é frágil nos municípios estudados, por outro lado esse ente federado deveria ser considerado espaço articulador de várias políticas setoriais. Mesmo não possuindo a dominialidade em relação aos recursos hídricos, os municípios interferem diretamente nessa temática em função de ser responsável pelo uso e ocupação do solo, que afeta diretamente o equilíbrio das bacias hidrográficas.

Palavras-chave: água; governança; legislação; meio ambiente; políticas públicas.

INTRODUÇÃO

A bacia hidrográfica do rio São Francisco tem significativa importância para a Região Nordeste do Brasil e, em especial, para sua porção semiárida, fornecendo água e possibilitando a geração de energia. O rio se estende desde sua nascente, no estado de Minas Gerais, até sua foz, na divisa dos estados de Alagoas e Sergipe, passando por mais de 500 municípios em diferentes estados da federação. Por essas características é visto como um elo de ligação entre o litoral e o interior do país, e entre as Regiões

Sudeste e Nordeste, e por isso é conhecido como o rio da integração nacional. Para fins de planejamento a bacia hidrográfica do rio São Francisco é dividida em quatro regiões, com características distintas, de acordo com o sentido do curso do rio e com as especificidades ecossistêmicas : Alto São Francisco - da nascente na Serra da Canastra até Pirapora-MG, Médio São Francisco - de Pirapora-MG a Remanso-BA, o Baixo-médio São Francisco - de Remanso até Paulo Afonso-BA e o Baixo São Francisco (BSF) que vai de Paulo Afonso-BA ao litoral em Brejo Grande-SE (COBH São Francisco, 2013),.

A exploração intensiva dos recursos naturais, com significativo peso para irrigação, o descarte de resíduos sólidos e de efluentes, decorrentes da fragilidade do saneamento básico ao longo da bacia, além dos barramentos sucessivos para geração de energia e, mais recentemente, as obras do Projeto de Integração do Rio São Francisco com as Bacias do Nordeste Setentrional (PISF), popularmente conhecido como Projeto de Transposição do Rio São Francisco, impactam, predominantemente de forma negativa, a qualidade de vida no contexto da bacia. Basta considerar que a diminuição da vazão e a redução da descarga de sedimentos resultam na redução da produtividade primária, na perda de recursos pesqueiros, na desestabilização da costa e na intrusão de águas marinhas na região do estuário (Silva, 2022; Oliveira, 2003).

Toda política e ação no território, inevitavelmente se relaciona com o recorte político administrativa dos municípios e com sua dinâmica de funcionamento. Por sua vez, toda iniciativa que esse ente federado toma no nível local, impacta em outras escalas de análise. No tema dos recursos hídricos, mesmo não tendo a titularidade sobre a água, várias políticas que cabem o protagonismo aos municípios, repercutem na bacia hidrográfica. O objetivo apresentado no plano de trabalho **Os Municípios do Baixo São Francisco e a Agenda de Cuidado dos Recursos Hídricos**, que se insere na pesquisa “Participação e governança ambiental municipal: territórios costeiros” foi o de trabalhar informações relativas à gestão dos recursos hídricos no contexto dos sete municípios costeiros que compõem o Baixo São Francisco, identificando as relações existentes entre os entes federados. E como objetivos específicos foram: 1) conhecer as iniciativas de políticas e programas ligados ao tema dos recursos hídricos no âmbito dos estados de Alagoas e Sergipe; 2) mapear a qual ou quais bacias hidrográficas cada município pertence e categorizar a situação das mesmas; 3) compreender a relação entre

municípios, estados e o Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco (COBHSF) e, 4) Identificar como os municípios estão em relação as questões que compõem o saneamento básico e como ele se dá em relação à população difusa no espaço rural.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O plano de trabalho foi desenvolvido na área piloto correspondente aos municípios costeiros do Baixo São Francisco (BSF), que representa aproximadamente 5,1% da extensão total do rio. São sete municípios na foz do Rio São Francisco: Feliz Deserto, Penedo e Piaçabuçu em Alagoas, e Brejo Grande, Ilha das Flores, Neópolis e Pacatuba em Sergipe. Para o presente relatório está sendo dada ênfase aos municípios sergipanos. médio (17% da área da bacia) e Baixo São Francisco (5% da área da bacia hidrográfica).

O trabalho caracteriza-se por ser prioritariamente qualitativo e exploratório, utilizando-se de revisão bibliográfica, pesquisa secundária (legislações, políticas e programas) e coleta direta de dados por meio de entrevistas semiestruturadas. As informações obtidas nas entrevistas estão sendo processadas, codificadas, classificadas permitindo posterior interpretação dos resultados. Foram realizadas entrevistas com secretários municipais, coordenadores de programas e de projetos, quando existentes, e com conselheiros municipais de meio ambiente, onde eles estão presentes, e com lideranças locais.

RESULTADOS/DISCUSSÃO

Os estados de Sergipe e Alagoas possuem Política de Recursos Hídricos e também Conselhos Estaduais. Deliberam, acompanham e promovem a articulação das políticas relacionadas à água; resolvendo os conflitos pelo uso da água de domínio estadual; dentre outras questões que venham a surgir. O PROGESTÃO tem possibilitado avanços na gestão de recursos hídricos no estado, sendo muitas vezes a única fonte de financiamento. Os municípios da área de estudo integram diretamente a bacia do São Francisco e não possuem representação no COBHSF. Por outro lado, são agentes integradores de diversas políticas setoriais em seus territoriais (meio ambiente, defesa civil, saneamento básico, segurança hídrica, gestão de recursos hídricos), mas o que se observa no caso dos municípios costeiros do Baixo São Francisco é a precariedade nas estruturas institucionais e fragilidade em termos de equipe técnica para assegurar uma boa governança.

De acordo com a pesquisa de campo, dos sete municípios objeto da pesquisa, Brejo Grande, Ilha das Flores, Pacatuba, Penedo e Piaçabuçu possuem secretaria estadual de meio ambiente. Já os municípios de Feliz Deserto e Neópolis, possuem o órgão Estadual de fiscalização, como por exemplo a ADEMA, SEDURB, sendo composto com outras pastas (geralmente agricultura, pesca ou turismo). Dos que possuem pasta de meio ambiente, o Conselho Municipal de Meio Ambiente, de caráter deliberativo, é sobre as ações da administração, sendo o órgão máximo da estrutura organizacional da entidade. Os principais temas socioambientais apontados que são debatidos nos Conselhos são: preservação do meio ambiente, principalmente preservação e restauração das nascentes e uso correto da atividade de pesca; reflorestamento, coleta seletiva, desmatamento dos mangues (nas nascentes dos rios afluentes do BSF) e construção nas margens; poluição do rio em função do agrotóxico e a ausência de coleta de esgoto sanitário. Dentre os principais conflitos socioambientais relacionados estão aqueles ligados a choque entre as atividades produtivas e o desrespeito a legislação ambiental, principalmente por poluição do lençol freático nos platôs no estado de Sergipe e a atividade pesqueira têm como consequência a poluição da água. O Conselho se posiciona levando os casos ao conhecimento da Administração Pública Estadual e Órgãos Ambientais sobre as ações negativas, incluindo a Secretaria de Meio Ambiente. Ainda foi levantado a preocupação para se evitar que as margens do RSF sejam ocupadas ilegalmente - consequência do crescimento urbano populacional e desenfreado. Além desses conflitos, a problemática da produção de água apontada nos municípios de Alagoas, que mesmo com a construção e funcionamento de uma Estação de Tratamento de Água (ETA) que realiza dessalinização, mas que ainda assim existem relatos de água salobra no abastecimento humano.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Há aspectos a serem considerados tanto no monitoramento quanto na avaliação de políticas. Estes aspectos podem ser essenciais para melhorar o desempenho público e a sustentabilidade ambiental. Os municípios acabam tendo forte influência na conservação dos recursos hídricos, embora não tenham titularidade sobre eles. São várias as políticas que possuem conexão, com o tema da água, mas a perspectiva de gestão integrada não aparece nas entrevistas realizadas com os gestores municipais. Os resultados da pesquisa evidenciam que ainda há um percurso importante e longo a trilhar para o fortalecimento da gestão hídrica municipal e com isso podermos chegar a

uma efetiva proteção dos recursos hídricos no Brasil. A existência de estrutura administrativa no âmbito municipal para tratar da Política Ambiental é um aspecto fundamental para que o sistema funcione. Por sua vez, fica evidente o quanto a condição de uma bacia hidrográfica tem relação com o planejamento da gestão do uso do solo, tema sob a responsabilidade direta dos municípios. A atualização dos gestores ambientais e membros de conselhos de territórios costeiros, sobre questões relacionadas a políticas ambientais é de extrema importância, inclusive solicitado por vários gestores, assim como possibilitando a troca de experiências e conhecimentos entre gestores ambientais, com ênfase na construção de conhecimentos que contribuirão para auxiliar propostas futuras, partindo da realidade presente, com foco na melhoria dos resultados ambientais, indicando elementos fundamentais para a melhoria da gestão.

AGRADECIMENTOS

Agradeço principalmente a FUNDAJ, é uma honra participar da instituição que sempre admirei, desde criança. Agradeço à professora Edneida Cavalcanti pela orientação; à professora Verônica Fernandes pelos conselhos e por ter dividido comigo sua sabedoria; Aos funcionários do campus Anísio Teixeira, onde sempre fui recebida com alegria por todos.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, que institui a **Política Nacional de Recursos Hídricos, cria o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos**, regulamenta o inciso XIX do art. 21 da Constituição Federal, e altera o art. 1º da Lei nº 8.001, de 13 de março de 1990, que modificou a Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19433.htm>. Acesso em: 10 jan. 2022.

COMITÊ da Bacia do Rio São Francisco: **A bacia do rio São Francisco**. Belo Horizonte, 31 maio 2013. Disponível em: <https://2017.cbhsaofrancisco.org.br/2017/a-bacia/#regioes>. Acesso em: 4 nov. 2022.

FONTES, L. C. da. Da fonte à bacia: interação continente-oceano no sistema sedimentar Rio São Francisco, Brasil. **Tese de doutorado** Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista. 2016.

NEVES, Estela Maria Souza Costa. Política e gestão ambiental no contexto municipal. **Cadernos adenauer xv**, [S. l.], p. 23-40, 12 dez. 2014. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/6116420/mod_resource/content/1/2014_NEVES_Pol

%C3%ADtica%20e%20gest%C3%A3o%20ambiental%20no%20contexto%20municipal.pdf. Acesso em: 27 fev. 2023.

OLIVEIRA, A. M. de (Coord.). **Estudo hidrodinâmico-sedimentológico do baixo São Francisco, estuário e zona costeira adjacente AL/SE**. Maceió: Universidade Federal de Alagoas, ANA, 2003. Disponível em :< <https://cdn.agenciapeixevivo.org.br/media/2019/06/Estudo-Hidrodin%C3%A2mico-Sedimentol%C3%B3gico-do-Baixo-SF.pdf>>. Acesso em: 25 nov. 2022.

DA INTERDISCIPLINARIDADE À “DESDISCIPLINARIZAÇÃO”: UMA ANÁLISE DO LUGAR DA SOCIOLOGIA ESCOLAR NOS LIVROS DIDÁTICOS DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS APLICADAS DO ENSINO MÉDIO

Gustavo Leonardo Barreto Silva; Allan Rodrigo Arantes Monteiro

Estudante do Curso de Licenciatura em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Pernambuco; e-mail: ogustavobarreto@gmail.com, Pesquisador(a) da Diretoria de Memória, Educação, Cultura e Artes (Dimeca) / Centro de Documentação e Pesquisa (CDOC); e-mail: allan.monteiro@fundaj.gov.br.

RESUMO: Nos últimos anos, a presença da sociologia no currículo escolar vem sendo mitigada em decorrência do Novo Ensino Médio e da Base Nacional Comum Curricular. Essas mudanças recentes refletem nas alterações dos conteúdos, agora seguindo uma abordagem interdisciplinar por área de conhecimento. Diante disso, busca-se analisar a noção de interdisciplinaridade e o lugar da sociologia nos novos livros didáticos das coleções de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas do Ensino Médio. Como metodologia foram utilizadas a análise documental e de conteúdo do Plano Nacional do Livro e Material Didático, da BNCC, bem como os manuais do professor das coleções da Moderna Plus e InterAção. Assim, pode-se identificar o processo de “desdisciplinarização” da Sociologia e das demais disciplinas das Ciências Humanas, uma vez que os conhecimentos que compõem cada uma de suas epistemes são condensados por área de conhecimento sem delimitações objetivas de suas abordagens.

Palavras-chave: Sociologia; Ensino Médio; Interdisciplinaridade; PNLD.

INTRODUÇÃO

Este trabalho teve como objetivo analisar como a noção de interdisciplinaridade é construída e mobilizada no contexto dos novos livros didáticos das coleções de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas do Ensino Médio. Tal análise toma por referência o lugar da Sociologia no novo currículo do Ensino Médio. A Sociologia escolar, segundo Bodart e Feijó (2020), abrange as três grandes áreas das Ciências Sociais. No entanto, nos últimos anos, sua presença no currículo escolar vem sendo mitigada em decorrência da reformulação do Ensino Médio e da BNCC, resultando na formação interdisciplinar separada por áreas de conhecimento na educação básica, sem delimitar qual abordagem de conhecimento deve ser feita por cada disciplina. Agora, a Sociologia aparece condensada com as disciplinas de Filosofia, Geografia e História reunidas na área de conhecimento Ciências Humanas e Sociais Aplicadas.

Devemos entender a interdisciplinaridade como um método de ensino que propõe a interação entre conteúdos, metodologias e dados de duas ou mais disciplinas que interagem entre si (Japiassu, 1991). Contudo, a sua aplicação exige a definição das competências de cada disciplina envolvida, algo que não ocorre no Novo Ensino Médio.

Essas mudanças recentes refletem nas alterações em relação à forma de apresentação e aos conteúdos selecionados das ciências sociais nos novos materiais didáticos. Como aponta Simone Meucci (2013), os livros didáticos constituem um recurso valioso para a compreensão acerca de como os autores, conceitos, temas e problemas de uma determinada disciplina são disponibilizados ao público amplo. Assim, buscamos investigar alguns aspectos dessas transformações e os sentidos e consequências práticas dessa interdisciplinaridade

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A metodologia empregada nesta pesquisa teve caráter qualitativo e envolveu a combinação entre análise documental e análise de conteúdo, que compreende, segundo a definição de Bardin, a:

um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) dessas mensagens” (Bardin, 1995, p. 42).

O corpus desta pesquisa foi formado pelos edital e guia do Plano Nacional do Livro e Material Didático (PNLD) de 2021, o documento final da Base Nacional Curricular Comum (BNCC) e os manuais do professor das coleções de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas da Moderna Plus (Editora Moderna) e InterAção Humanas (Editora Brasil), livros didáticos esses selecionados por sorteio. Nesse sentido, a análise documental envolveu a identificação, seleção e sistematização das inserções, citações, menções, alusões e passagens relacionadas ao termo “interdisciplinaridade” e suas variações e às teorias, conceitos e abordagens próprias às ciências sociais e seu lugar na escola básica. Para a análise dos dados levantados e uma compreensão do significado e das implicações das mensagens relacionadas às menções ao termo “interdisciplinaridade” e suas variações, adotamos a análise de conteúdo.

RESULTADOS/DISCUSSÃO

A noção de formação interdisciplinar por área de conhecimento foi uma das principais estratégias para a promoção do Novo Ensino Médio e da BNCC. Através desse discurso foi justificada as reformulações ocorridas nos últimos anos na educação. Contudo, a sua implementação nos tem revelado supressão de algumas áreas de conhecimento e disciplinas anteriormente estabelecidas, como no caso da Sociologia. A BNCC não delimita qual abordagem de conhecimento deve ser feita por cada disciplina, conseqüentemente o PNLD também não.

No Edital do PNLD 2021 constam 39 menções à BNCC, apontando para um alinhamento entre os documentos. Isso ocorre pelo fato das compras do Governo Federal representarem mais de 50% das vendas dos didáticos para o PNLD, tornando-os em “[...] alvo importante de regulamentação por intermédio da ação do poder público” (Meucci, 2013, p.214). Entre as exigências do Governo Federal, por meio do Ministério de Educação (MEC), está a de adequar os livros didáticos às competências e ao currículo proposto pela BNCC, incluindo uma série de objetivos que apontam para uma formação interdisciplinar separada por área de conhecimento na educação básica.

Por isso, podemos falar em um processo de “desdisciplinarização” da Sociologia e das demais disciplinas das Ciências Humanas a partir da Reforma do Ensino Médio, uma vez que os conhecimentos que compõem cada uma de suas epistemes são condensados na área de conhecimento das Ciências Humanas e Sociais Aplicadas. Da mesma forma, não ocorre uma delimitação, por meio dos marcos legais, da abordagem de conhecimento que deve ser feita de cada disciplina, reconhecimento que seria uma das características fundamentais da interdisciplinaridade, o que dificulta a identificação objetiva do lugar das ciências sociais na área de conhecimento correspondente.

A coleção Moderna Plus reforça as mudanças ocorridas com relação à interdisciplinaridade do formato de ensino do Ensino Médio, mas nega a extinção das antigas disciplinas para a construção de tal noção. Sua abordagem parece voltar os conteúdos de sociologia às “atualidades” e existe um “enxugamento” geral dos conteúdos das ciências humanas nesse novo contexto. Outro fenômeno que encontramos ao longo do manual do professor da coleção da InterAção Humanas foi a orientação didática do perfil do professor para desenvolver a aprendizagem de determinados conteúdos. Contudo, o “enxugamento” geral dos conteúdos das ciências humanas, a falta de competências legais para cada disciplina, a possibilidade do conteúdo ser ministrado por professores de “amplo saber” de outras áreas e a viabilidade

para que o currículo seja adaptado a nível estadual tornam insuficiente a aposta das editoras citadas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O fato da BNCC não delimitar a abordagem de conhecimento a ser feita por cada disciplina, reconhecimento que seria uma das características da interdisciplinaridade, dificulta a identificação objetiva do lugar das ciências sociais na área de conhecimento das Ciências Humanas e Sociais Aplicadas do Ensino Médio. Por isso, podemos falar em um processo de “desdisciplinarização” da Sociologia.

Mesmo que a Moderna Plus e a InterAção Humanas busquem definir orientações didáticas e competências por conteúdo de disciplinas, sem “dissolvê-las” totalmente, na maioria das vezes, os conteúdos de sociologia são associados a “atualidades” e existe um “enxugamento” geral dos conteúdos das ciências humanas nesse novo contexto. A presença da Sociologia no currículo deve ser defendida enquanto disciplina curricular do Ensino Médio, sem estar sujeita aos alinhamentos político-ideológicos das gestões estaduais. Portanto, esse processo de apresentação do perfil da disciplina e suas competências curriculares exige uma política educacional nacional sólida e objetiva. Só a partir de então, poderemos discutir uma educação interdisciplinar.

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao compromisso da Fundaj e do CNPq no fomento à prática científica e no preparo de novos pesquisadores através do Programa de Iniciação Científica. Também, a todas e todos professores de sociologia que me provocaram a estranhar o mundo. À minha família e à minha companheira Ana Bárbara.

REFERÊNCIAS

- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1995.
- BRAICK, et al. **Moderna Plus: Ciências Humanas e Sociais Aplicadas - Manual do Professor**. São Paulo: Moderna, 2020.
- BRASIL. MEC. Secretaria de Educação Básica. **Base Nacional Comum Curricular: Educação é a base**. Brasília, 2017.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Guia Digital PNLD 2021: Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**. Brasília: MEC, 2021.

BODART, C. N., FEIJÓ, F. **As Ciências Sociais no Currículo Do Ensino Médio Brasileiro**. Rev. Espaço do Currículo (online), João Pessoa, v.13, n.2, p. 219-234, maio/agos. 2020.

JAPIASSU, Hilton; MARCONDES, Danilo. **Dicionário básico de filosofia**. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1991

MADAIA, et al. **InterAção Humanas: Ciências Humanas e Sociais Aplicadas - Manual do Professor**. São Paulo: Editora Brasil, 2020.

MEUCCI, Simone. **Notas Sobre o Pensamento Social Brasileiro nos Livros Didáticos de Sociologia**. Revista Brasileira de Sociologia, v. 02, n. 03, jan-jun/2014, p. 207- 232.

EDUCAÇÃO: CONDIÇÕES DE ACESSO E PERMANÊNCIA PARA GARANTIA DA QUALIDADE. POLÍTICAS E TRAJETÓRIA ESTUDANTIL NA UFRPE

Jorge Leberg Pereira de Carvalho¹ Cibele Maria Lima Rodrigues²

RESUMO: Este trabalho tem o objetivo de elaborar um histórico das políticas de acesso e permanência na educação superior do Brasil das gestões FHC, Luiz Inácio Lula da Silva, Dilma Rousseff, Michel Temer e Bolsonaro, assim como elencar essas políticas específicas na UFRPE. Para isso, foi pesquisada uma bibliografia parcial sobre o tema e as publicações no site da Pró-Reitoria de Gestão Estudantil e Inclusão da UFRPE, a PROGESTI, concluindo-se que o Brasil avançou nas questões educacionais nas gestões de FHC, Lula e Dilma Rousseff, e que a UFRPE mantém uma política exemplar a fim de garantir o acesso e a permanência dos estudantes na instituição.

Palavras-chave: Educação; ensino superior; políticas estudantis; UFRPE

INTRODUÇÃO

O presente Plano de Trabalho está inserido em um projeto de pesquisa que tem por objetivo compreender as questões relacionadas com o acesso e permanência de estudantes na educação básica e superior na UFRPE. A escolha da Universidade Federal Rural de Pernambuco, em parte, está fundamentada na parceria que tem com a Fundação Joaquim Nabuco, sobretudo no que diz respeito ao Programa de Pós-graduação em Educação, culturas e identidades (PPGECI). O objetivo geral da pesquisa é analisar condições de acesso e permanência dos estudantes na educação superior na UFRPE. Num primeiro momento, o intuito deste relatório é elencar as políticas de acesso e permanência na educação superior no período recente, nos governos de Fernando Henrique Cardoso, Luiz Inácio Lula da Silva, Dilma Rousseff, Michel Temer e Jair Messias Bolsonaro; posteriormente, elencar as políticas de acesso e permanência implantadas pela Pró-Reitoria de Gestão Estudantil e Inclusão da UFRPE, a PROGESTI.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para a primeira parte desta pesquisa, foi realizado um levantamento bibliográfico no Google Acadêmico usando as palavras-chave “educação superior políticas acesso permanência”, “educação superior políticas acesso permanência temer” e “educação superior políticas acesso permanência bolsonaro”, estas duas últimas no intuito de

encontrar trabalhos atualizados que abordassem a educação nas duas últimas gestões. De todos os artigos encontrados, foram selecionados 13 para leitura e análise. Nesse momento, foi importante a leitura dos textos para compreensão da temática. Para a segunda parte da pesquisa, voltada às políticas de acesso e permanência dos estudantes na UFRPE, foram utilizados relatórios da PROGESTI encontrados no site <http://www.progesti.ufrpe.br/br/publicacoes>.

RESULTADOS/DISCUSSÃO

O propósito deste relatório é elencar as políticas de acesso e permanência na educação superior de cada gestão governamental, desde a época de FHC, organizando um histórico a partir da revisão parcial de literatura sobre tais políticas. Na década de 1990, no Governo de Fernando Henrique Cardoso, as políticas de educação superior implementadas no Brasil se configuraram por um aumento no número de instituições, de vagas, de cursos, de matrículas, no setor privado, produzindo na dinâmica desse processo um complexo e diversificado sistema de instituições (VELOSO; MACIEL, 2015). No período de 2003 a 2010, assumiu o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva; nessa gestão, as políticas da educação superior foram pautadas pela democratização do acesso e inclusão. No que concerne a políticas de educação superior, foi promulgado, nesse período, o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE/2007), com destaque para os seguintes programas: o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), as mudanças no Programa Universidade para Todos (Prouni) e no Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (Fies). Quanto à educação profissional e tecnológica, nas ações para a educação, o PDE destaca a criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs) (VELOSO; MACIEL, 2015). Em 2011, assumiu a Presidente Dilma Rousseff, dando continuidade às ações do governo anterior. Destacam-se, em sua gestão, a consolidação do Sistema de Seleção Unificada (SiSU), voltado ao ingresso na educação superior, e a criação da Política de Cotas, em 2012. Com a gestão Temer, a partir de 17 de abril de 2016, com o Golpe orquestrado pela bancada conservadora do Congresso Nacional. Quando ele se tornou o presidente da República ocorreram mudanças que representaram um retrocesso no que vinha acontecendo em termos de ampliação das políticas educacionais. Em seu discurso de posse, ele já anunciava um re-equilíbrio das contas públicas o que, na

prática, era a volta do modelo neoliberal radical. Com a eleição de Bolsonaro, em 2019, o modelo neoliberal se agudiza. Segundo Neto & Nez (2021), Bolsonaro se orientou pela máxima de que se deve “privatizar tudo que for possível”. Além disso, destituiu as políticas de inclusão social em relação às ações vinculadas a gênero, entre outras que, quando analisadas em sua totalidade, revelam um modelo de governo autoritário, além de articulado aos interesses do capital. Segundo o Manual de Assistência Estudantil - Sede publicado pela UFRPE, a Pró-reitoria de Gestão Estudantil e Inclusão (PROGESTI) é responsável pela implementação das políticas de assistência estudantil ao discente da UFRPE. Ela é formada atualmente por seis coordenadorias: Coordenadoria de Ações afirmativas e de Permanência (CAAP); Coordenadoria de Apoio Psicossocial (COAP); Coordenadoria de Gestão de Alimentação e Restaurante Universitário (CGARU); Coordenadoria de Gestão de Residência Universitária (CGR) e Coordenadoria de Promoção da Saúde, Esporte, Lazer e Cultura (COPSELC) e Coordenadoria de Gestão Estudantil de Serra Talhada. Os programas de assistência estudantil são ações com o intuito de diminuir as desigualdades educacionais e valorizar a Universidade pública gratuita, de qualidade e inclusiva. Também foram demarcados os perfis socioeconômico e cultural dos estudantes em 2018 e 2021, assim como elaborada uma pesquisa de satisfação dos usuários dos programas da PROGESTI em 2019, segundo relatórios.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Da gestão FHC à de Dilma Rousseff, observou-se que houve uma evolução das políticas afirmativas para acesso e permanência dos estudantes no ensino superior, sobretudo no governo de Luiz Inácio Lula da Silva e com uma consolidação dessas políticas na gestão de Dilma Rousseff. Já durante os governos de Michel Temer e Jair Bolsonaro, são apontadas políticas estudantis regressivas. Como foco desta pesquisa, a UFRPE apresenta várias políticas afirmativas estudantis de inclusão e permanência, sob gestão da PROGESTI. A elaboração de relatórios para investigação do perfil socioeconômico e cultural dos estudantes beneficiados por tais políticas, assim como o grau de satisfação relacionado às políticas e serviços, só atesta o impacto positivo delas na vida dos estudantes beneficiados e como permitiu que mais pessoas ingressassem e permanecessem na universidade.

AGRADECIMENTOS

Meus agradecimentos ao CNPq, à Fundação Joaquim Nabuco/FUNDAJ, à minha orientadora Cibele Maria Lima Rodrigues, à UFRPE e aos meus amigos Rodrigo, Jéssica e Edson.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. **Censo da Educação Superior 2017**: divulgação dos principais resultados. Brasília - DF, Diretoria de Estatísticas Educacionais - Deed. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP. set 2018. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=97041-apresentac-a-o-censo-superior-u-ltimo&Itemid=30192>

BRASIL. **Decreto-Lei n.º 6.096, de 24 de abril de 2007**. Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - REUNI. Brasília, 24 de abril de 2007. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6096.htm>.

NETO, Odorico Ferreira Cardoso; NEZ, Egeslaine de. **Governos Lula, Dilma e Bolsonaro**: as políticas públicas educacionais seus avanços, reveses e perspectivas. INTERAÇÃO, Curitiba, jul./set. 2021, v. 21, n. 3, p. 121-144. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Odorico-Neto-2/publication/353472643_Governos_Lula_Dilma_e_Bolsonaro_as_politicas_publicas_educacionais_seus_avancos_reveses_e_perspectivas/links/6135fdec2b40ec7d8beae4d0/Governos-Lula-Dilma-e-Bolsonaro-as-politicas-publicas-educacionais-seus-avancos-reveses-e-perspectivas.pdf

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO. Manual da Assistência Estudantil - Sede. Recife, s/d, 6 p. Disponível em: <<http://www.progesti.ufrpe.br/br/publicacoes>>

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO. Manual da Assistência Estudantil - Unidades. Recife, s/d, 5 p. Disponível em: <<http://www.progesti.ufrpe.br/br/publicacoes>>

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO. Pesquisa de Satisfação dos Usuários dos Programas de Assistência Estudantil da Pró-Reitoria de Gestão Estudantil e Inclusão PROGESTI - UFRPE. Recife, 2020, 50 p. Disponível em: <<http://www.progesti.ufrpe.br/br/publicacoes>>

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO. I Pesquisa do Perfil Socioeconômico dos Estudantes da UFRPE em 2021. Recife, 2021, 9 p. Disponível em: <<http://www.progesti.ufrpe.br/br/publicacoes>>

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO. Perfil Socioeconômico e Cultural dos Estudantes da Graduação da Universidade Federal Rural de Pernambuco - UFRPE. Recife, 2022, 55 p. Disponível em: <<http://www.progesti.ufrpe.br/br/publicacoes>>

VELOSO, T. C. M. A., & MACIEL, C. E. (2015). Acesso e permanência na educação superior – análise da legislação e indicadores educacionais. *Revista Educação Em Questão*, 51(37), 224–250. <https://doi.org/10.21680/1981-1802.2015v51n37ID7178>

ZAGO, Nadir. Do acesso à permanência no ensino superior: Do acesso à permanência no ensino superior: Do acesso à permanência no ensino superior: percursos de estudantes universitários de camadas populares. **Revista Brasileira de Educação** v. 11 n. 32 maio/ago. 2006 <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/wVchYRqNFkssn9WqQbj9sSG/?format=pdf&lang=pt>

REPETÊNCIA E EVASÃO ESCOLAR NO ENSINO MÉDIO: CENÁRIO DE PERNAMBUCO DE 2014 ATÉ 2021

Lara Pirro Gomes da Silva; Wilson Fusco

Estudante do Curso de Ciências Sociais - DECISO/UFRPE; larapiro99@gmail.com,
Pesquisador da Diretoria de Pesquisas Sociais da Fundaj – DIPES; wilson.fusco@fundaj.gov.br

RESUMO: Este projeto se propõe a acompanhar e avaliar os índices de repetência e evasão no ensino médio de Pernambuco entre 2014 e 2021, a partir dos dados fornecidos pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Os dados foram desagregados por grandes regiões, estados e municípios do estado de Pernambuco. Os municípios foram recortados por indicadores de administração, dividindo as instituições em pública e particular, assim como o indicador de área, sendo rural ou urbana. Foram utilizadas ferramentas como Excel e Google Sheets para limpeza e manipulação dos dados e, posteriormente, para elaboração de planilhas. Estima-se que com este projeto possamos identificar alguns dos efeitos da COVID-19 no ensino médio e subsidiar informações para possíveis políticas públicas. Parte do resultado desta pesquisa foi a elaboração do banco de dados com as taxas de rendimento do ensino médio, possibilitando a visualização de indicadores como a queda nas taxas de reprovação de Pernambuco no ano de 2020, registrando uma porcentagem de 0,9%, enquanto em 2019 essa proporção havia sido de 5,1%. Este indicador é um dos efeitos da pandemia da COVID-19 na educação pernambucana, visto que, no ano seguinte, a taxa de reprovação saltou para 4,5%.

Palavras-chave: educação, ensino médio, evasão, Pernambuco, repetência.

INTRODUÇÃO

No âmbito da educação básica, o ensino médio apresentou uma significativa expansão apenas em meados da década de 1990. Contudo, foi considerado oficialmente parte da educação básica no ano de 2009, com a obrigatoriedade que foi estabelecida pelo Governo Federal através da Emenda Constitucional nº 59/2009 (KRAWCZYK, 2011). Dessa forma, o ensino médio teve sua expansão ainda mais acentuada, uma vez que, com caráter obrigatório, as redes de ensino precisaram ampliar os serviços ofertados de forma a dar conta da demanda gerada a partir da emenda.

O Plano Nacional de Educação (BRASIL, 2014), elaborado a partir do Art. 214 da Constituição, contém diversas metas com vistas a guiar a educação brasileira no decênio 2014 - 2024. Entre elas, estão a universalização do atendimento escolar para toda a população de 15 a 17 anos até o ano de 2016 (meta 3) e o fornecimento e incentivo a um ensino de qualidade para todas as etapas e modalidades da educação básica, melhorando o fluxo escolar e aprendizagem (meta 7). Assim, o PNE passa a

reconhecer a relevância política e social do ensino médio, pois estabelece, a partir das metas, um plano nacional dedicado a esta etapa da educação.

A partir desta preocupação com o avanço da educação básica, o presente projeto observa e analisa as taxas de rendimento do ensino médio no estado de Pernambuco, no período de 2014 a 2021. Desta forma, foi construído — por meio de consultas realizadas na plataforma do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira — um banco de dados robusto que possibilita a análise da evolução dos indicadores das metas do PNE em relação a esta etapa do ensino básico. Com estes esforços, também foram observados indicadores do impacto da COVID-19 nas taxas de reprovação, aprovação e abandono, além da construção de gráficos com informações referentes aos municípios mais populosos do estado.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Nesta pesquisa foram empregadas técnicas qualitativas e quantitativas, com procedimentos que partiram da obtenção e análise de dados secundários sobre educação básica através da leitura de autores e pesquisadores que dialogam com esta temática em suas produções acadêmicas e, portanto, foram escolhidos para integrar a bibliografia deste estudo. Esta análise documental foi fundamental para a contextualização dos dados quantitativos obtidos por meio de consultas realizadas na plataforma do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP).

Após a coleta dos dados quantitativos referentes às taxas de rendimento do ensino médio, foi construído um banco de dados que contém apenas as informações relevantes para a investigação proposta por esta pesquisa. Para isto, foram utilizadas ferramentas como Excel e Google Sheets durante as etapas de manipulação, limpeza e tabulação dos dados coletados.

RESULTADOS/DISCUSSÃO

A pesquisa analisou as taxas de aprovação, reprovação e abandono no ensino médio desde 2014 a 2021. Para efeito comparativo, foram produzidos gráficos que demonstram as taxas de rendimento relativas às grandes regiões do país e, posteriormente, aos estados do Nordeste. Trata-se de informações oficiais, uma vez que a fonte de coleta é o banco de dados do INEP.

As taxas de rendimento observadas correspondiam aos 8 municípios mais populosos do estado de Pernambuco — Recife, Olinda, Jaboatão dos Guararapes, Caruaru, Cabo de

Santo Agostinho, Paulista, Petrolina e Camaragibe —, assim como também foram observadas as taxas de todos os estados do Nordeste e das grandes regiões do país.

A partir destes dados, foram produzidos gráficos que permitissem a observação de indicadores relevantes, como o fato de que desde o ano de 2014, quando foi instituído o Plano Nacional de Educação, até o ano de 2019, reconhecido como período pré-pandêmico, as taxas de rendimento mantêm uma média com poucas oscilações de amplitude. Ou seja, as médias de aprovação vinham subindo de forma lenta, mas, ainda assim, consistente. Contudo, nos anos de 2020 e 2021, período em que a educação brasileira precisou se reinventar com o ensino à distância por meio de aulas virtuais em razão da pandemia do COVID-19, há um surpreendente e preocupante salto nas médias de aprovação. Consequentemente, as taxas de reprovação sofrem uma queda substancial no período pandêmico. Também é observado que a região que se manteve com mais reprovações de 2014 a 2018 foi a região Sul, apesar de ter registrado uma queda substancial em 2019. Assim como é possível observar que, no período pandêmico, o Nordeste foi a região que menos reprovou os estudantes.

Os dados observados são preocupantes, pois apesar do crescimento nas taxas de aprovação, boa parte dessas aprovações não se mantiveram e a consistência se perde na nova onda de reprovação e abandono registrados no ensino médio durante o ano de 2021. Desta forma, é possível observar que, apesar dos avanços na educação brasileira, a pandemia da COVID-19 provocou oscilações no rendimento dos alunos e, portanto, esses efeitos se apresentam como novos desafios para os estudantes. Além disso, observou-se que os cenários são distintos em função das variáveis analisadas: por exemplo, todos os municípios observados no estado de Pernambuco registraram taxas de reprovação maiores nas unidades públicas do que nas escolas privadas durante o ano de 2021. Assim, os alunos da rede pública, em questão de impacto, sentiram mais essas oscilações do que os da rede privada.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Um dos objetivos desta pesquisa foi a construção de um banco de dados que é substancialmente eficiente para análises que permitam ao leitor ir além do que está proposto, estando disponível para consulta externa mediante solicitação via e-mail. A amplitude dos dados coletados e o formato de organização torna a consulta acessível de forma objetiva e aligeirada no que diz respeito ao cenário do ensino médio nacional.

Por meio da análise das informações do banco de dados supracitado, é possível observar que, de 2014 a 2021, a educação brasileira alcançou diversos avanços, sendo constatado um crescimento gradativo nas taxas de aprovação. Porém, o período pandêmico evidenciou uma questão importante, e que merece análise mais aprofundada, posto que as taxas de aprovação do ensino médio em 2020 tiveram uma elevação que não se manteve no ano seguinte. O que, por consequência, abre margem para que o rendimento dos alunos aprovados no período pandêmico seja questionado, já que ele não segue o mesmo fluxo progressivo dos anos anteriores.

Estes são dados relevantes quando avaliamos a efetividade das metas 3 e 7 do Plano Nacional de Educação, pois é possível atestar o não cumprimento destas metas, não só no estado de Pernambuco, mas em todo o Nordeste. A possibilidade de analisar e complementar estes dados com contribuições oriundas do setor da pesquisa brasileira permite o avanço da educação e, sobretudo, a sua construção através de olhares diversos e com respeito às suas particularidades.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Fundação Joaquim Nabuco, a CAPES e ao CNPq pela oportunidade de contribuir para a ciência brasileira e aprimorar os meus conhecimentos. Agradeço também a Wilson Fusco por toda orientação, confiança e, sobretudo, pela oportunidade de aprender a trabalhar com os dados e aplicar os conhecimentos das Ciências Sociais para a evolução da educação em todo o país.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. Plano Nacional de Educação – PNE. Planejando a Próxima Década – Conhecendo as 20 Metas do Plano Nacional de Educação. Brasília: Ministério da Educação, 2014. Disponível em: http://pne.mec.gov.br/images/pdf/pne_conhecendo_20_metas.pdf
- INEP. Painel de Monitoramento do PNE. INEP Data. 2020. Disponível em <https://www.gov.br/inep/pt-br/acesso-a-informacao/dados-abertos>
- KRAWCZYK, Nora. Reflexão sobre alguns desafios do ensino médio no Brasil hoje. Cadernos de pesquisa v. 41, n.144: 752-769, 2011.

IMPACTO DA COVID-19 NOS PADRÕES ESPACIAIS E TEMPORAIS DA MORTALIDADE FETAL EM PERNAMBUCO

Lívian Samara Lacerda da Silva; Cristine Vieira do Bonfim

Estudante do Curso de enfermagem- Centro Universitário Maurício de Nassau/Uninassau; email: liviansamara@gmail.com, Pesquisadora do Núcleo de Estudos em Estatísticas Sociais do Centro Integrado de Estudos Georreferenciados para a Pesquisa Social Mário Lacerda de Melo da Diretoria de Pesquisas Sociais da Fundação Joaquim Nabuco e-mail: cristine.bonfim@fundaj.gov.br

RESUMO: Este plano de trabalho de iniciação científica objetivou analisar a evolução espacial e temporal da mortalidade fetal no estado de Pernambuco, entre 2010 e 2021. Trata-se de um estudo ecológico misto exploratório. A fonte de dados foi constituída pelos óbitos fetais registrados no Sistema de Informações sobre Mortalidade e pelos nascidos vivos registrados no Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos disponíveis DATASUS. Para analisar o padrão espacial, elaborou-se mapas com a distribuição das taxas de mortalidade fetal. Para a modelagem de séries temporais, utilizou-se o modelo autorregressivo integrado de médias móveis. No período estudado foram registrados 18.810 óbitos fetais, com taxa de mortalidade fetal média de 11,5 óbitos fetais por 1.000 nascimentos. Houve aumento de 29% do valor projetado da série temporal, em maio de 2020, em relação a série original. Em novembro de 2020, ocorreu uma diminuição de 24,1%, onde era previsto 11,4 por 1.000 nascimentos e o valor original foi de 8,65 por 1.000 nascimentos. Em 2020 e 2021, anos que iniciaram a pandemia pela COVID-19, as variações mensais da taxa de mortalidade fetal foram mais altas em comparação aos anos anteriores. O padrão de distribuição espacial foi instável em todo o período analisado. Os resultados do estudo podem auxiliar no planejamento de ações da linha de cuidado à gestante e ao feto, com vistas à redução da mortalidade fetal no estado de Pernambuco.

Palavras-chave: Análise espacial; COVID-19; Estatísticas vitais; Mortalidade fetal; Série temporal.

INTRODUÇÃO

O óbito fetal é considerado um problema de saúde pública global (HUG et al., 2021). A sua ocorrência reflete o acesso e a qualidade da assistência ofertada à gestante durante o pré-natal e o parto (KIGULI et al., 2021). As diferentes classificações adotadas pelos países contribuem para a imprecisão das estatísticas de mortalidade (ZAKAR et al., 2018, BLENCOWE et al., 2021). O critério de definição de óbito fetal adotado pelo Brasil segue o conceito do Ministério da Saúde do Brasil (2010) que define o óbito fetal como a morte do resultado da concepção no período que antecede a saída do corpo materno, com peso maior ou igual a 500 gramas quando há disponibilidade de

informações e quando o peso estiver indisponível, adota-se a idade gestacional maior ou igual a 22 semanas.

No Brasil, em 2020, a taxa de mortalidade fetal foi de 8,24 óbitos fetais por mil nascimentos. No estado de Pernambuco, em 2020, a taxa de mortalidade fetal foi de 9,34 óbitos fetais por mil nascimentos (DATASUS, 2023).

Com a pandemia pela COVID-19, as repercussões indiretas para a saúde materna e infantil podem ser observadas. A interrupção nos serviços presenciais de pré-natal e a priorização do tratamento e prevenção da COVID-19 diminuiu a rotina de cuidados com as gestantes (ASHISH, 2020). A falta de equipamentos de proteção individual, dado o desvio para o tratamento da COVID-19, e a diminuição de profissionais da saúde atuantes influenciaram os cuidados com a gestante e o feto (KUMAR et al., 2021).

Estimar a distribuição espacial e a tendência temporal da mortalidade fetal considerando a pandemia pela COVID-19 pode auxiliar no planejamento de ações da linha de cuidado à gestante e ao feto, com vistas à redução das mortes evitáveis. Entende-se que o controle da transmissão da COVID-19 precisa ser totalmente integrado ao cuidado materno, infantil e do recém-nascido, para que se possa assegurar que as gestantes e recém-nascidos recebam cuidados adequados em tempo oportuno. Este plano de trabalho de iniciação científica objetivou analisar a evolução espacial e temporal da mortalidade fetal no estado de Pernambuco, entre 2010 e 2021.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A área de estudo foi Pernambuco, que possui uma extensão territorial de 98.067.877 km², área urbanizada de 142,99 km² e 185 municípios, com a estimativa de 9.674.793 pessoas e tem Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de 0,673 (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2023). Trata-se de um estudo ecológico, misto, descritivo e analítico. De acordo com Barcellos et al. (2003) “estudos ecológicos” representam uma estratégia da epidemiologia para a análise de dados de grupos populacionais, por intermédio da qual se compara a frequência de doenças no tempo ou no espaço. O desenho ecológico misto, possibilitou avaliar a taxa de mortalidade fetal em função do tempo em diferentes grupos populacionais por meio da combinação de séries temporais e múltiplos grupos.

A população de estudo consistiu nos óbitos fetais de mães residentes no estado de Pernambuco, registrados no Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM), no período de 2010 a 2021. A fonte de dados foi constituída pelo SIM e pelos nascidos

vivos registrados no Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos (Sinasc), contabilizados por mês/ano, disponíveis no DATASUS.

Para o cálculo das taxas de mortalidade fetal, foram incluídos os óbitos com idade gestacional maior ou igual a 22 semanas, e para os que não foram identificados ou preenchidos, considerou-se o peso igual ou maior que 500g. O cálculo foi a razão entre óbitos fetais pelo número de nascimentos totais, multiplicado por mil.

Na análise descritiva, avaliou-se o total de óbitos fetais por ano e foram calculadas médias e desvios padrões e coeficientes de variação para cada indicador ao longo dos anos. Na segunda etapa, elaborou-se mapas com a distribuição das taxas de mortalidade fetal (por 1.000 nascimentos). Depois, estudou-se as séries temporais de cada taxa do estado de Pernambuco. Foram utilizados dados secundários de domínio público, que não possibilitam a identificação individual. Esse tipo de dado dispensa aprovação de um Comitê de Ética em Pesquisa, conforme as Resoluções nº 466/12 e 510/16 do Conselho Nacional de Saúde.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A taxa de mortalidade fetal média em Pernambuco foi de 11,5 óbitos fetais por 1.000 nascimentos, o desvio padrão e coeficiente de variação $\pm 0,339$ e 2,95%. Os resultados da distribuição espacial mostraram as mesorregiões Sertão, São Francisco e Agreste com as taxas de mortalidade fetal mais elevadas no período analisado. A mesorregião do Sertão apresentou a taxa de mortalidade fetal de 14 por 1.000 nascimentos; o São Francisco teve a taxa de mortalidade fetal de 12,6 por 1.000 nascimentos e o Agreste possuiu a taxa de mortalidade fetal 12,1 por 1.000 nascimentos. Essas mesorregiões indicaram as maiores variações e taxas superiores à média do próprio estado.

O padrão espacial da mortalidade fetal encontrado no estado de Pernambuco não mostrou alteração quando comparado com o estudo realizado por Canuto et al. (2021). A pesquisa identificou que, antes da pandemia, parte do Sertão e do São Francisco apresentaram uma das maiores taxas de mortalidade fetal (CANUTO et al. 2021). Essas mesorregiões continuaram com as maiores taxas de mortalidade fetal.

Os resultados da análise de tendência temporal sugeriram que as variações mensais da taxa de mortalidade fetal no período pandêmico de 2020 e 2021 estão mais altas do que as de 2018 e 2019. Houve aumento de 29% do valor projetado em maio de 2020 e uma diminuição de 24,1% ocorreu em novembro de 2020 em relação à série original. As variações mensais das altas taxas de mortalidade fetal podem ser entendidas pela

evolução da COVID-19 no Brasil, explicada por um estudo publicado em 2022 (FREITAS; PEREIRA; MACHADO, 2022). Identificou-se em 2020, entre junho e setembro, um aumento de casos de COVID-19 no país e, em novembro de 2020, uma queda no número dos casos. Entende-se que o aumento do número de casos de contaminação pela COVID-19 se deu no mesmo período em que a taxa de mortalidade cresceu. Também, a diminuição do número de casos de contaminação pela COVID-19 ocorreu no mesmo mês em que a taxa de mortalidade fetal diminuiu (FREITAS; PEREIRA; MACHADO, 2022)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Identificou-se que as mesorregiões que apresentaram as maiores taxas antes da pandemia pela COVID-19 continuaram com as mais altas taxas de mortalidade fetal. Na modelagem temporal, notou-se que as variações mensais foram mais altas no período pandêmico em comparação aos anos anteriores.

AGRADECIMENTOS

Meus agradecimentos, primeiramente, a Jeová e à minha orientadora, Cristine Vieira do Bonfim, por seu apoio, orientação e contribuição na análise dos dados. À professora Conceição Maria de Oliveira agradeço pela minha indicação ao trabalho; ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico agradeço pela bolsa de iniciação científica e à Fundação de Amparo à Ciência e Tecnologia do Estado de Pernambuco (FACEPE), APQ-0389-4.06/20, agradeço o fomento ao projeto ao qual se vincula o meu plano de iniciação científica.

REFERÊNCIAS

CANUTO, I. M. DE B. et al. Perfil epidemiológico, padrões espaciais e evitabilidade da mortalidade fetal em Pernambuco. **Acta Paulista de Enfermagem**, v. 34, 26 nov. 2021.

DUTRA, V. G. P. et al. Spatio-temporal analysis of infant mortality in the city of Rio de Janeiro, 2010–2019. **Revista Paulista de Pediatria**, v. 40, 10 jun. 2022.

FREITAS, C. M.; PEREIRA, A. M. M.; MACHADO, C. V. A. Resposta do Brasil à pandemia de Covid-19 em um contexto de crise e desigualdades. **Editora Fiocruz**, pp. 295-322, 2022.

KUMAR, M. et al. Stillbirths and the COVID-19 pandemic: Looking beyond SARS-CoV-2 infection. **International Journal of Gynecology & Obstetrics**, 13 jan. 2021.

SOUZA. et al. Cem dias de COVID-19 em Pernambuco, Brasil: a epidemiologia em contexto histórico. **Cadernos de Saúde Pública**, v 36 n. 11, 2020.

SISTEMAS DINÂMICOS COMPLEXOS E TEORIA DA COMPLEXIDADE NAS CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS: INTERDISCIPLINARIDADE E SUAS RELAÇÕES COM POLÍTICAS E DESIGUALDADES SÓCIO-ECONÔMICAS, EDUCACIONAIS E CIENTÍFICO-TECNOLÓGICAS

Marcos Vinicius Santos de Almeida; Marcos Antonio Ramos Pereira de Lucena

Estudante do Curso de Psicologia.- CFCH/UFPE; e-mail: marcosvinciussa163@gmail.com, Pesquisador(a) da Diretoria de Pesquisas da Fundaj – DIPES CECIM; e-mail: marcos.lucena@fundaj.gov.br

RESUMO

Neste trabalho analisamos o impacto da pandemia na educação, na vivência de alunos e professores, nos métodos de ensino-aprendizagem, fora e dentro do ambiente educacional, como fenômeno complexo de caráter geográfico, regional, interdisciplinar com ciências humanas e sociais. Com atividades de pesquisa e extensão de ciência e tecnologia (C&T), buscamos indicadores que possam reduzir desigualdades socioeconômicas, educacionais, científico-tecnológicas, e tragam melhor qualidade de vida e desenvolvimento. Com base teórica de sistemas dinâmicos complexos, tabulação, análise quali-quantitativa e classificação dos dados, obtivemos informações sobre a pandemia, educação, C&T, ensino de ciências, questões emocionais e socioeconômicas de alunos e professores. Os relatos apontaram desigualdades agravadas pelo isolamento de acesso à tecnologia, educação, saúde, e dificuldades na adaptação ao ensino remoto, por falta de tecnologias, métodos avaliativos, kits e materiais didáticos, com capacitações padronizadas. As análises apontam para a necessidade de aprimoração de políticas públicas que assegurem melhor qualidade do ensino-aprendizagem, e o bem-estar de alunos e professores, em cenários semelhantes.

Palavras-chave: Sistemas Dinâmicos Complexos; Complexidade; Educação; C&T.

INTRODUÇÃO

A teoria da complexidade e os sistemas dinâmicos complexos têm caráter interdisciplinar e são aplicados nas ciências humanas, exatas e sociais. Os sistemas educacionais podem ser encarados como ambientes complexos (Lemke e Sabelli, 2008; Furtado et al, 2015) que se transformam por relações e fatores, se retroalimentam e criam novos mecanismos de ação, com caráter de sistema vivo, com possibilidades de remodelar e buscar diferentes interações entre indivíduos, para emergência de novos “agentes”, como apontam Furtado et al (2015): “Sistemas educacionais abrangem um grande número de agentes heterogêneos, cuja interação leva ao aprendizado, ao ensino, à cognição e à educação ...Todas essas características fazem dos sistemas educacionais

sistemas complexos”. Nossa base teórica também se firmou em pesquisas interdisciplinares no sistema educacional (Morin,2007) com a interlocução entre diferentes campos do saber, transdisciplinares (Moraes,2010) que vêem discentes e docentes como seres complexos que impactam na educação, no ensino-aprendizagem com maneiras diversas de educar, bem como nas pesquisas de Nowak et al (2013) e Mailhiot (1970), sobre dinâmicas socioemocionais e formação de grupos. Os objetivos da pesquisa consistiram na investigação por intervenções de pesquisa e extensão com atividades científicas, trabalhando temáticas como educação, C&T, ensino de ciências, impactos da pandemia, questões socioeconômicas, socioemocionais, educacionais e científico-tecnológicas (Maciel et al, 2021). Nesta investigação e análise, à luz de sistemas dinâmicos complexos, buscamos indicadores para políticas públicas que reduzam desigualdades, melhorem a qualidade de vida e propiciem o desenvolvimento alinhado aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) (Unesco, 2023).

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Realizamos atividades de pesquisa e extensão (pesquisa-ação) em três escolas da região agreste de Pernambuco, com atividades de extensão para resgatar e repensar a importância do ensino de ciências e tecnologia com metodologias alternativas e kits didáticos. Durante essas atividades coletamos dados do antes e depois, aplicando questionários não identificados, com perguntas abertas e fechadas, a professores e alunos, com permissão prévia da equipe pedagógica. A média de participação nas atividades foi em torno de 1500 estudantes em cada escola visitada. A coleta de dados focou na importância dos experimentos no ensino-aprendizagem, impactos e vivências de alunos e professores durante a pandemia de Covid-19, no cenário educacional e no ensino remoto. Após a coleta, os dados foram tabulados e passaram por análise qualitativa através do aplicativo livre IRaMuTeQ, seguindo especificações de Camargo e Justo (2018) para construção e corte percentual do Corpus. Os dados passaram por análise fatorial de correspondência (AFC), classificação hierárquica descendente (CHD) e análise de similitude, para compreensão e interpretação dos corpus individuais e coletivos das três escolas.

RESULTADOS/DISCUSSÃO

A análise parcial de frequências a respostas fechadas e subjetiva a respostas abertas trouxe perfil e resultados prévios, e foi corroborada pela análise robusta dos dados

coletados pelo IRaMuTeQ ao criarmos dois corpus, um com respostas dos alunos (corpus_escolas) e outro com respostas dos professores (corpus_professores) das três instituições de ensino em relação às questões descritas. O corpus_escolas foi analisado com 86,46% dos segmentos textuais e o corpus_professores com 74,44%. Utilizando a CHD do IRaMuTeQ construímos classes de similaridades de discursos. Nas figuras 1 e 2 temos os respectivos dendogramas para alunos e professores, com relações entre classes. Nomeamos as classes dos alunos como: classe 1-problemas no ensino remoto, 2-desenvolvimento e trabalho, 3-acesso à educação, 4-isolamento social, e 5-desigualdade social. E as classes dos professores foram denominadas: 1-formação continuada de qualidade, 2-ensino igualitário, 3-oportunidade de acesso à educação, 4-dificuldades com ensino remoto, e 5-interdisciplinaridade e dinamização do ensino.

Analisando as relações entre as classes

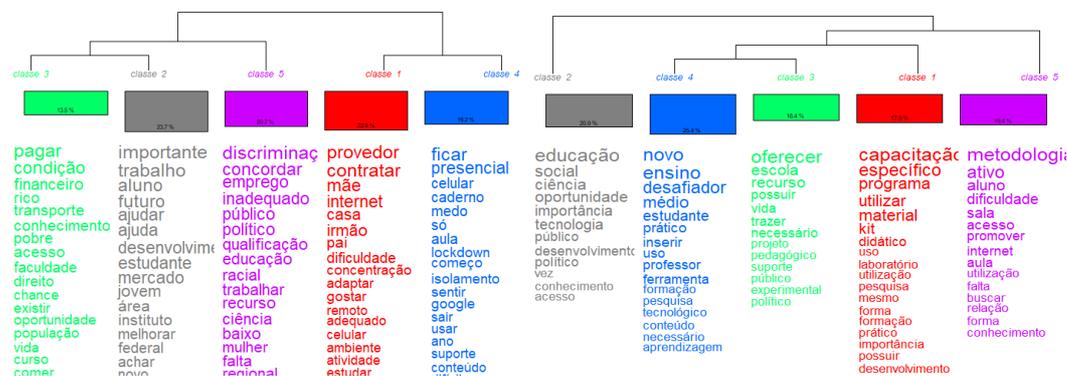


Figura 1 - Dendograma dos Alunos

Figura 2 - Dendograma dos Professores

concluimos que a chegada da pandemia no sistema educacional foi extremamente desafiadora para professores e alunos. As classes 1 e 4 da figura 1, e 3 e 4 da figura 2, mostram dificuldades vivenciadas no período pandêmico. O medo gerado nos alunos por possíveis perdas das figuras de cuidado e subsistência, e ansiedade por não terem informações e espaço necessários para se manterem em isolamento social e estudando de forma segura, sendo esses fatores agravados pela desigualdade social expressa na classe 5 da figura 1. Para os professores vemos os desafios na sobrecarga desses profissionais devido às múltiplas funções atribuídas, e à falta de capacitação e tempo para se adaptarem às tecnologias, o que gerava angústia pela falta de materiais didáticos e métodos avaliativos possíveis de uso durante o ensino remoto. As classes 2 e 3 da figura 1, e as 1, 2 e 5 da figura 2 trazem a perspectiva da formação continuada e ensino-aprendizagem de qualidade para alunos e professores. Os alunos percebem a educação e o trabalho como indissociáveis, sendo esta a única forma de garantia de direitos,

ascensão social e redução de desigualdades. Os professores compreendem a necessidade de capacitações com metodologias alternativas, incluindo materiais, kits científicos, para integrar e dinamizar os seus métodos de ensino, trazendo a interdisciplinaridade como uma forma de enriquecer esse manejo e proporcionar o ensino igualitário que valoriza professores e alunos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O período pandêmico, em especial o ensino remoto, demonstrou quanto o sistema educacional ainda se apresenta desigual e despreparado em assegurar o bem-estar dos indivíduos dentro e fora da sala de aula. Ficou patente que é crucial pensar em alternativas preventivas para novos períodos de pandemia. As tecnologias se tornaram dinâmicas e indissociáveis da sociedade, inovando nas formas de aprender e ensinar, devendo ser acessíveis, e melhor implementadas, facilitando o processo educacional, sem criar mais lacunas e desigualdades. Como os professores apontam, seria extremamente necessário que fossem disponibilizados materiais e kits didáticos padronizados, e capacitações que facilitassem seus processos de ensino-aprendizagem, para aprofundamento nas metodologias, e perspectivas inter e transdisciplinares. Políticas públicas modernas alinhadas aos ODS da UNESCO, como feito no passado, são necessárias para ajudar nosso país e seu sistema educacional (complexo) na redução de desigualdades de quaisquer espécies, e possibilitar o crescimento individual e profissional dos cidadãos.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos o apoio do CNPq, SBPC e da Fundação Joaquim Nabuco.

REFERÊNCIAS

- CAMARGO, B. V.; JUSTO, A. M.. **Tutorial para uso do software IRaMuTeQ**. Laboratório de Psicologia. Social de Comunicação e Cognição (LACCOS), 2018.
- MACIEL, Erika da S.; LIMA, L. P.; QUARESMA, F. R. P. **Desigualdades sociais no ensino remoto em épocas de pandemia**. Revista Observatório, v. 7, n. 2, p. 1-3, 2021.
- FURTADO, Bernardo Alves; SAKOWSKI, P. A. M.; TÓVOLI, M. H. **Modelagem de sistemas complexos para políticas públicas**. Ipea, 2015, p.335-350, p. 351-373.
- LEMKE, J. L. & SABELLI, N. H. **Complex Systems and Educational Change: Towards a new research agenda**. *Educ. Philos. and Theory*. v. 40, n. 1, 2008.

MAILHIOT, Gérald Bernard. Dinâmica e gênese dos grupos. In: **Dinâmica e gênese dos grupos: atualidades das descobertas de Kurt Lewin**. 1970.

MORAES, Maria Cândida; NAVAS, Juan MB. **Complexidade e transdisciplinaridade em educação: teoria e prática docente**. Rio de Janeiro: Wak, 2010.

MORIN, Edgar; ALMEIDA, M. da C.; CARVALHO, E. de A.. A articulação dos saberes. In: **Educação e complexidade: os sete saberes e outros ensaios**. Cortez, 2007, p. 29-71.

NOWAK, Andrzej; WINKOWSKA-NOWAK, Katarzynac e BRÉE, David (editores). **Complex Human Dynamics: From Mind to Societies**. London, Springer, 2013.

UNESCO. **Sobre o nosso trabalho para alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável no Brasil**. Unesco, 2023. Disponível: <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs>.

O ATENDIMENTO DE BEBÊS EM CRECHES E OS EFEITOS DA PANDEMIA DE COVID-19: PANORAMA DAS CONDIÇÕES DE TRABALHO DOCENTE NO RETORNO ÀS AULAS PRESENCIAIS.

Nara Ferreira de Araújo; Patrícia Maria Uchôa Simões

Nara Ferreira de Araújo. Aluna graduanda em Psicologia na Unifafire. Bolsista PIBIC -Fundaj; Patrícia Maria Uchôa Simões Doutora em Psicologia Cognitiva. Pesquisadora da Fundaj. Docente do PPGECI/UFRPE-Fundaj

RESUMO: O presente trabalho faz uma análise da oferta de creches nos municípios de Pernambuco e das condições do trabalho docente na Educação Infantil, ainda num contexto pandêmico do Covid -19. É mais um estudo que visa analisar as condições de retorno das aulas presenciais nas creches, parte da etapa da Educação Infantil que engloba as creches e pré-escolas. Configura-se como uma pesquisa documental que levará em consideração dados coletados pelo INEP no Censo Escolar de 2021 e 2022 e na pesquisa “Resposta Educacional à Pandemia de Covid-19” que foram coletadas em 2020 e 2021. A partir disso iremos discutir as disparidades nas formas de enfrentamento a pandemia das creches da Educação Infantil de Pernambuco tanto pública quanto privada.

Palavras-chave: educação Infantil. pandemia. covid-19. creche

INTRODUÇÃO

A Constituição de 1988 incorpora a Educação Infantil como etapa da Educação Básica, garantindo às crianças o direito, desde o nascimento, ao atendimento educacional em creche e pré-escola, isso foi instituído como dever do estado e responsabilidade dos municípios com a educação pública. A partir disso diversas publicações de documentos oficiais, como o Estatuto da Criança e do Adolescente- ECA de 1990, e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional em 1996, nortearam o trabalho pedagógico a ser desenvolvido nessa etapa de ensino, possibilitando avanços na concepção da infância que superam visões assistencialistas e propõem uma perspectiva na qual a criança é considerada um sujeito de direito. Essas ações se reverberam em avanços da educação infantil no Brasil.

A partir de estudos como de Abuchaim (2018), nota-se que a Educação Infantil encontra diversos obstáculos na implementação de suas metas, exemplo disso é o não cumprimento de algumas das metas do Plano Nacional de Educação.

Tudo isso foi agravado devido a Pandemia do Covid-19. Coutinho e Côco (2020) chama atenção que no Brasil, quando ocorrem as crises os maiores impactos são nos direitos dos setores mais vulneráveis, como a Educação Infantil, que passa a ter suas questões

mais básicas ameaçadas. Anjos e Pereira (2021) também afirmam que com a pandemia, se apresenta um cenário mais intenso de ataques e ameaças aos direitos das crianças e suas famílias, assim como dos professores e demais profissionais da educação.

Apesar disso, Coutinho e Côco (2020), reafirmam ser imprescindível perante situações urgentes, a obrigação da sociedade e do estado, de não perder de vista os princípios basilares da educação, como o direito da criança de ter acesso a uma educação integral, que leva em consideração seu corpo e mente. A pandemia aprofundou diversos problemas vividos pela Educação Infantil. Quando se fala de bebês e crianças pequenas, a reação a esses problemas apresentados exige muita clareza e necessidade de fortalecer as características que diferenciam a Educação Infantil das outras etapas educativas, visando uma ressignificação, não um retrocesso, nos avanços já conquistados. (CRUZ, MARTINS E CRUZ 2021).

No início do ano de 2021, o INEP, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa Educacional, realizou uma pesquisa intitulada “Resposta Educacional à Pandemia de Covid-19”, com o objetivo de identificar as ações adotadas pelas escolas brasileiras para enfrentamento dos efeitos da pandemia. No ano seguinte, 2022, foi realizada a segunda edição desse levantamento.

O presente estudo analisou os Censo Escolares do INEP de 2021 e 2022, os comparando com os anos pré-pandemia, além de fazer uma análise da pesquisa “Resposta Educacional à Pandemia de Covid-19” dos anos de 2020 e 2021. Esse levantamento tem como objetivo analisar as condições de retorno das aulas presenciais nas creches, subetapa da Educação Infantil, nos municípios de Pernambuco. Além de identificar e discutir os desafios para o retorno às aulas presenciais na Educação Infantil nos municípios de Pernambuco. A relevância desse estudo está na contribuição para os debates e na elaboração de políticas e programas de enfrentamento das dificuldades na Educação Infantil, visando construir um diálogo entre as políticas de gestão da Educação Infantil e o Governo do Estado de Pernambuco.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O presente estudo configura-se como uma pesquisa documental que utilizou dados coletados pelo INEP no Censo Escolar de 2021 e 2022 e na pesquisa “Resposta Educacional à Pandemia de Covid-19”. Envolveu uma análise quantitativa e qualitativa, dos dados fornecidos por esses questionários, correlacionando com o tema estudado, na

qual foi investigado os diversos fatores que foram vividos, durante a pandemia, pelas instituições que oferecem o serviço de educação infantil, com o foco em creches.

RESULTADOS/DISCUSSÃO

Primeira parte do trabalho analisou os dados referentes ao censo escolar de 2021 e 2022. O primeiro marcador foi em relação a taxa líquida de matrícula, em 2021 a taxa de matrícula de Pernambuco é de 14,1% das crianças do estado estão matriculadas na escola, já em 2022 sobe para 18,7%. Isso aponta que Pernambuco tem valores preocupantes em relação a essa taxa, já que segundo o PNE 2014 -2024 o ideal estipulado seria 50% de crianças de 0 a 3 matriculadas em creches, o que não ocorre em Pernambuco; No segundo marcador que é a média de alunos por turma vemos que as escolas públicas tanto em 2021 quanto em 2022 possuíam um valor de 16,6 alunos por turma, já as escolas privadas em 2021 tinham 10,2 e em 2022 aumenta para 12,3. Isso significa que as instituições públicas têm uma média maior de alunos por turma que as privadas o que, a princípio, seria uma condição de maior dificuldade para o desenvolvimento do trabalho pedagógico.

Tratando da média de horas aulas que os alunos da educação infantil têm, vemos que tanto em 2021 quanto em 2022 as escolas públicas fornecem um total de em média 6,8 horas aulas por dia, assim com as escolas privadas que tanto em 2021 quanto 2022 tem em média 5,6 horas aula por dia. Isso indica que a rede pública, em média, tem uma carga horária maior que as instituições privadas.

Por último analisamos o percentual de professores que possuem curso superior atuando nas creches de Pernambuco, em 2021 e 2022 a taxa de docentes com ensino superior nas escolas públicas foram em média 71,9% enquanto nas escolas privadas foram de 56%, em 2021 para 53,5% em 2022. Isso aponta que existe nas instituições públicas um olhar maior na importância da formação daquelas pessoas que vão cuidar dos bebês, ao contrário das escolas privadas.

A segunda parte do trabalho analisou os dados referente ao questionário “Resposta Educacional à Pandemia de Covid-19”. A análise revelou que 45,3% das instituições de Educação Infantil tiveram ajustes no término do calendário escolar, em 2020. No ano seguinte, em 2021, os resultados mudam para 2,8% das instituições. A diferença entre 2020 e 2021 deve-se à capacidade de adaptação das instituições que garantiram, quase em 100% das escolas, o término do ano sem ajustes. Um total de 99,7%, das instituições suspenderam as aulas presenciais, devido ao protocolo de proteção ao

contágio da Covid-19. Com a adoção dessa medida, a maioria das escolas adotaram uma estratégia de aulas não presenciais em 2020, 98,5%. Em 2021, as atividades de ensino aprendizagem nas instituições públicas ocorreram majoritariamente no modelo remoto (36,8%), híbrido e remoto (16,6%), e só híbrido (27,7%). Nas instituições privadas de Educação Infantil prevaleceu o modelo presencial (47,6%) e híbrido (28,4%).

Em 2020, entre as estratégias mais utilizadas pelas instituições estão a realização de reuniões virtuais: (97,6% nas públicas e 85% nas privadas, em 2020, 93,9% nas públicas e 91,2% nas privadas, em 2021) e a reorganização/adaptação, com priorização de habilidades e conteúdos específicos (86,8% nas públicas e 77,8% nas privadas, em 2020, 90,1% nas públicas e 87,3% nas privadas, em 2021). Ressalta-se que 68,5%, nas instituições públicas, e 73,6%, nas privadas, em 2020, e 52,3%, nas públicas, e 72,9%, nas privadas, em 2021, das instituições privadas relataram ter feito treinamento para uso de métodos e materiais para o ensino não presencial. Foi registrado também que o acesso gratuito ou subsidiado de internet a domicílio aos professores atingiu um percentual de 8,8%, nas públicas e 13,9%, nas privadas, em 2020 e, em 2021, diminuiu para 4,3%, nas instituições públicas, e 12,4%, nas privadas. Mais uma vez, as desigualdades estão presentes nas formas como as questões relativas às condições de trabalho do docente são tratadas.

Quanto às estratégias utilizadas junto aos alunos durante os anos letivos de 2020 e 2021, as mais utilizadas foram a manutenção de canal de comunicação com a escola (em 2020, 74,3%, nas públicas e 84,6%, nas privadas, e, em 2021, 78,3%, nas públicas e 89,5%, nas privadas) e a manutenção de canal de comunicação direto com professores (em 2020, 79,5%, nas públicas e 88,2%, nas privadas, e, em 2021, 86,6%, nas públicas e 90,5%, nas privadas). A criação de canais de comunicação parece ter sido prioridade para a grande maioria das instituições de Educação Infantil. Apesar da estratégia de disponibilização de acesso de internet gratuita e disponibilização de material ter sido pouco utilizada pelas instituições públicas e privadas, possivelmente, essa ausência teve maior impacto nas crianças de escola pública, uma vez que as crianças das escolas privadas têm mais acesso tanto a internet quanto aos equipamentos tecnológicos (em 2020, 2%, nas públicas e 7,5%, nas privadas, e, em 2021, 4,4%, nas públicas e 12,9%, nas privadas).

Quanto às atividades de ensino aprendizagem desenvolvidas com os alunos a fim de garantir o objetivo curricular de cada etapa, de forma geral, as instituições privadas

recorrem mais ao uso da internet, enquanto as instituições públicas têm percentuais maiores na entrega de material impresso.

O percentual de uso da estratégia de treinamento junto aos pais e os alunos para aprenderem a usar as ferramentas de ensino aprendizagem não presencial foi maior nas escolas privadas (18,4% e 50,9%, em 2020, e 21,5% e 44,5%, nas privadas, em 2021). A estratégia de disponibilização de material impresso para retirada nas instituições foi muito utilizada por todas, nas duas edições da pesquisa.

Quanto às estratégias de avaliação, as escolas utilizaram a forma remota ou com envio e busca de material físico (em 2020, 65,9, nas públicas e 83,1%, nas privadas e, em 2021, 72,1%, nas públicas e 65,2%, nas privadas).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir desses dados apresentados podemos entender um pouco como funcionou a realidade diária da Educação Infantil no Estado de Pernambuco, pré e pós pandemia, conseguimos perceber os desafios principais das escolas, professores e toda comunidade das instituições que ofertam a Educação Infantil. Espera-se que esses dados coletados, possa vir como mais um alerta para a necessidade de melhoria dos serviços da Educação Infantil.

AGRADECIMENTOS

Agradecimentos a Fundaj, pela oportunidade de participar do PIBIC, além do CNPQ e MEC que através de suas bolsas de auxílios fez ser possível me dedicar a esse trabalho. Gostaria de Agradecer a minha orientadora Patrícia Maria Uchôa e a professora Juceli Bengert, por terem me auxiliado a construir essa pesquisa, e acreditado no meu potencial.

REFERÊNCIAS

ABUCHAIM, B. Panorama das políticas públicas da educação infantil no Brasil. BRASÍLIA UNESCO, p 15 - 44, 2018.

ANJOS, C.I., PEREIRA, F. H. Educação Infantil em Tempos de Pandemia: Outros Desafios Para Os Direitos, As Políticas E As Pedagogias Das Infâncias. Zero-a-Seis, Florianópolis, v. 23, n. Especial, p. 3-20, jan./jan., 2021. Universidade Federal de Santa Catarina. ISSN 1980-4512. DOI: <https://doi.org/10.5007/1980-4512.2021.e79179>

COUTINHO, A S; CÔCO, V. Educação Infantil, políticas governamentais e mobilizações em tempos de pandemia. *Práxis Educativa*, Ponta Grossa, v. 15, e2016266, p. 1-15, 2020

CRUZ, S. H. V. MARTINS, C.A. CRUZ, R. C. A. A Educação Infantil e demandas postas pela pandemia: Intersetorialidade, Identidade e Condições para o retorno Às Atividades Presenciais. *Zero-a-Seis*, Florianópolis, v. 23, n. Especial, p. 147-174, jan./jan., 2021. Universidade Federal de Santa Catarina. ISSN 1980-4512. DOI: <https://doi.org/10.5007/1980-4512.2021.e79003>

A DISCIPLINA DE SOCIOLOGIA NO CURRÍCULO DO ENSINO MÉDIO EM PERNAMBUCO

Syntya Maria Martins dos Santos; Ana de Fátima P. de Sousa Abranches

Estudante do Curso de Pedagogia- CE/UFPE; e-mail: synmartins@hotmail.com

Pesquisador(a) da Diretoria de Formação Profissional e Inovação da Fundaj; e- mail:

ana.abranches@fundaj.gov.br

RESUMO

Este estudo objetiva compreender o lugar da disciplina de Sociologia e sua inclusão como disciplina eletiva no currículo do Ensino Médio em Pernambuco. O estudo é a partir da análise do Currículo do Novo Ensino Médio (NEM) em Pernambuco, aprovado em 2021. Usamos como aporte crítico analítico autores como Paulo Freire, Luiz Dourado e Elizabeth Macedo e outros que nos permitiram compreender o objeto da pesquisa. Pernambuco, já seguia uma educação neoliberal e não teve dificuldade em se adequar NEM. É uma educação com foco nos resultados, o que nos levar constatar o aumento da carga horária das disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática, presentes nas avaliações externas. A disciplina de Sociologia integra as Ciências Humanas e Sociais Aplicadas tendo uma relação interdisciplinar, houve a diminuição da sua carga horária, gerando um desafio para a Sociologia se firmar enquanto disciplina independente.

Palavras-chave: currículo. novo ensino médio. educação. disciplina. sociologia

INTRODUÇÃO

Este estudo objetiva compreender em sua amplitude a educação no Ensino Médio em Pernambuco, analisando o currículo do Novo Ensino Médio, o lugar da disciplina de Sociologia e a sua inclusão como disciplina eletiva nas escolas de Ensino Médio em Pernambuco. Para compreender o lugar da disciplina de Sociologia no currículo é fundamental analisar a reforma do novo Ensino Médio em seu processo histórico no campo das políticas públicas educacionais no Brasil. Dourado, destaca que o “Brasil é marcado pelo conservadorismo e por contínuas rupturas, inovações e retrocessos” (2019, p.03). A disciplina de Sociologia ao longo de sua história passou por instabilidades no currículo escolar. Em Pernambuco, o ensino de Sociologia é inserido na Escola Normal em 1929 com Antônio Carneiro Leão inspirado nos ideais da Escola Nova que defendia o processo de democratização voltado para a modernização e a industrialização, com objetivo de inserir a sociedade no processo de urbanização. A Sociologia como uma disciplina do campo das Humanidades tem em seu objeto de pesquisa o indivíduo e suas relações sociais, bem como, desenvolvimento do

pensamento crítico e para Jinkings (2004), “encontra-se desafiada a repensar e a recriar (mas também a reafirmar) conceitos, formulações e modos de interpretação da realidade social”. O Novo Ensino Médio se confronta com a proposta de Kuenzer, pois o currículo tem como o objetivo central o ensino profissionalizante, uma educação ligada a qualificação da força de trabalho. Lime e Gomes (2022), ressalta que a nova estruturação do currículo, que já vinha sendo estabelecida na década de 1990, consolidado no governo FHC, pelos moldes capitalista e em conjunto com empresas privadas, trouxe mudanças na educação, de caráter neoliberal que serviu de modelo para a formulação do NEM. Que consequentemente limita o acesso a determinadas disciplinas como a Sociologia, que a coloca como menos importante na formação do estudante.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O estudo sobre a disciplina de Sociologia no currículo do Ensino Médio em Pernambuco foi realizado a partir da análise do Currículo do Novo Ensino Médio em Pernambuco, aprovado em 2021 e aprofundamento teórico com autores específicos, especialistas na temática do currículo e do Ensino Médio. Portanto, foi realizada uma pesquisa bibliográfica e documental.

RESULTADOS/DISCUSSÃO

Podemos afirmar que Pernambuco, por já seguir o currículo pelo viés neoliberal, não teve dificuldade em se adequar ao novo currículo do Ensino Médio. Segundo Silva (2021), as adaptações a serem feitas com a Reforma do Ensino Médio foram sobre a ampliação da carga horária para 3.000 horas, no entanto até 2022 as escolas de Educação Integral possuíam (45 horas semanais), as Escolas Técnicas Estaduais (45 horas semanais) já possuindo uma carga horária maior de 3.600 horas. Havendo uma carga horária menor para as Escolas de Ensino Médio Integral de dois turnos(35 horas semanais) e as Escolas Regulares do Ensino Médio (20 horas semanais). Quanto à distribuição do tempo por componentes curriculares, podemos observar que houve o aumento da carga horária das disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática. É importante destacar que essas duas disciplinas já possuíam tempo a mais do que as outras disciplinas e são os dois componentes mais presentes nas avaliações externas, como o SAEB, por exemplo. A rede pública de ensino de Pernambuco justifica que o aumento da carga horária desses dois componentes curriculares foi preciso para

“ampliar o tempo para que possa recuperar os possíveis déficit que venha a surgir do Ensino Fundamental” (Silva, 2021. P.18). O currículo é dividido por áreas de conhecimento e a disciplina de Sociologia integra, junto com História, Geografia e Filosofia a área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas. Como o objeto central dessas disciplinas é a ação humana e suas relações com o meio em que está inserido, constatamos um desafio para a Sociologia se firmar enquanto disciplina, pois acaba sendo vista apenas como um complemento para as outras disciplinas na área de Ciências Humanas. É inegável a importância da Sociologia na educação básica, é um momento de amadurecimento e de novas descobertas dos jovens, em uma disciplina que proporciona questionamentos, reflexões e a criticidade. Segundo Cássio e Goulart (2022), a parceria do Estado junto com o setor privado, delimita, formula e organiza as ações educacionais, para interesse próprio, ficando assim, de fora professores/as, alunos/as e toda a comunidade escolar. Em se tratando de uma educação neoliberal, a finalidade da Sociologia entra em choque com os ideais neoliberais, pois ainda segundo a professora Campos (2022) da Universidade de Santa Maria (RS), em entrevista à Revista Arco, diz que, “uma educação neoliberal não quer uma sociedade participativa, porque teria que abrir mão dos espaços para tomadas de decisões e essa pluralidade de interesses é mais difícil de ser controlada”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Podemos concluir que o currículo de Pernambuco entra em contradição sobre o papel da disciplina de Sociologia no Ensino Médio, pois no currículo consta a sua importante contribuição nessa etapa da educação básica, tendo em vista de que o Secretaria de Educação de Pernambuco já vinha adotando em seu currículo os ideais neoliberais, a Sociologia entra em choque com esses ideais.

Um currículo que exclui os principais interessados na educação de qualidade que são os docentes, alunos e sua família e que não tiveram participação e nem foram consultados sobre as mudanças. Os diversos modelos de escola na rede estadual de Pernambuco com cargas horárias diferenciadas, torna o currículo mais desigual. Agregando a isso, a infraestrutura das escolas públicas, a desvalorização dos docentes, a falta de formação docente, prejudica a qualidade do ensino, excluindo ainda mais os/as estudantes de concorrer a uma vaga em universidades públicas, restando um mercado de trabalho precário. A disciplina de Sociologia aborda temas sociais diversos,

busca compreender a realidade e preparar a juventude para exercer a cidadania. O currículo (a política curricular) de Pernambuco, ao reduzir a sua carga horária, associá-la a um complemento para outras disciplinas, integrá-la as outras disciplinas, enfraquece a área e de forma permanecendo a constante ameaça da sua permanência no currículo.

AGRADECIMENTOS

Agradecimento ao PIBIC, a FUNDAJ, ao CNPq, a professora Ana de Fátima P. de Sousa Abranches pelo apoio para a realização da pesquisa.

REFERÊNCIAS

Parecer CNE/CP nº 15/2018, aprovado em 4 de dezembro de 2018 - **Instituição da Base Nacional Comum Curricular do Ensino Médio (BNCC-EM)**

CÁSSIO, Fernando; GOULART, Débora Cristina. **A implementação do Novo Ensino Médio nos estados: das promessas da reforma ao ensino médio nem- nem**. Revista Retrato da Escola, Brasília, v. 16, n. 35, p. 285-293, mai/ago. 2022.

DOURADO, Luiz Fernandes. **Estado, Educação e Democracia no Brasil: retrocessos e resistências**. Educ. Soc. Campinas, v. 40, e0224639, 2019.

EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 59, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2009. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc59.htm

FREIRE, Paulo **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários a prática pedagógica**. São Paulo: Paz e Terra, 1997.

JINKINGS, Nise. **A disciplina de Sociologia no Ensino Médio**. Trabalho apresentado ao Departamento de Ensino, do Centro de Ciências da Educação da Universidade Federal de Santa Catarina, em concurso de professor adjunto, março, 2004.

LEI Nº 11.684, DE 2 DE JUNHO DE 2008. Altera o art. 36 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir a Filosofia e a Sociologia como disciplinas obrigatórias nos currículos do ensino médio.

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato20072010/2008/lei/111684.htm#:~:text=L11684&text=LEI%20N%2011.684%2C%20DE%20,nos%20curr%C3%ADculos%20do%20ensino%20m%C3%A9dio.

LEI Nº 13.415, DE 16 DE FEVEREIRO DE 2017. **Reforma do Ensino Médio.**
https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2015-2018/2017/lei/113415.htm

LIMA, Maria da Conceição Silva; GOMES, Danyella Jakelyne Lucas. **Novo Ensino Médio em Pernambuco: construção do currículo a partir dos itinerários formativos.** Revista Retratos da Escola, Brasília, v. 16, n. 35, p. 315- 336, mai/ago. 2022.

MACEDO, Elizabeth. **A Base Nacional Comum Curricular: novas formas de sociabilidade produzindo sentidos para a Educação.** Revista e-Curriculum, São Paulo, v. 12, n. 03 p. 1530 - 1555 out./dez. 2014 ISSN: 1809-3876 1530

Programa de Pós-graduação Educação: Currículo – PUC/SP
<http://revistas.pucsp.br/index.php/curriculum>

MAIOR, Heraldo Pessoa Souto. **Para uma história da Sociologia em Pernambuco: uma tentativa de periodização.** Estudos da Sociologia, Rev. do Prog. de pós-Graduação em Sociologia da UFPE, 90, p. 7-29.

MENEZES, Victor Cesar R. de. **A Teoria Sociológica nos planos de curso de Sociologia da Rede Estadual de Pernambuco. (GRE - Garanhuns).** 2016. Dissertação - Mestrado Profissional em Ciências Sociais para o Ensino Médio - MPCS da Fundação Joaquim Nabuco, Recife, 2016.

MOTTA, Vânia Cardoso da; FRIGOTTO Gaudêncio. **Por que a urgência da reforma do Ensino Médio? Medida Provisória nº 746/2016 (Lei nº 13.415/2017).** Educ. Soc., Campinas, v 38, nº 139, p.355-372, abr./jun., 2017.

MPCS, **Mestrado Profissional em Ciências Sociais para o Ensino Médio**, c2023. Disponível em < http://basilio.fundaj.gov.br/mp_cienciassociais >. Acesso em 26/08/2023.

NASCIMENTO, Manoel Nelito M. **Ensino Médio no Brasil: determinações históricas.** UEPG Humanit. Sci., Appl. Soc. Sci., Linguist., Lett. Arts, Ponta Grossa, 15 (1) 77-87, jun., 2007.

Parecer CNE/CEB nº 38/2006, **Inclusão obrigatória das disciplinas de Filosofia e Sociologia no currículo do Ensino Médio.** aprovado em 7 de julho de 2006

PERNAMBUCO, Secretaria de Educação e Esportes. Disponível em: <http://www.educacao.pe.gov.br/portal/?pag=1&men=70> acesso em: 04 mar. 2023.

PERNAMBUCO. **Secretaria de Educação e Esportes. Currículo de Pernambuco: ensino médio.** Recife/PE, 2021.

SILVA, Ileizi Fiorelli. **A Sociologia no Ensino Médio: os desafios institucionais e epistemológicos para a consolidação da disciplina.** Cronos, Natal/RN, v. 8, nº 2, p. 403-427, jul.-dez., 2007.

SILVA, Jamerson Antônio de Almeida da. **Reforma do Ensino Médio em Pernambuco: A nova fase da Modernização-Conservadora Neoliberal.** Trabalho Necessário, v. 19, nº 39, 2021 ISSN: 1808-799X.

SILVA, Mônica Ribeiro da. **A BNCC da Reforma do Ensino Médio: O resgate do empoeirado discurso.** Educação em Revista, Belo Horizonte, v. 34, e214130, 2018.

SILVA, Vanessa Alves da. **Os currículos de Sociologia do Ensino Médio: O que dizem os/as professores/as da Gerência Regional de Educação (GRE) Agreste Centro Norte.** 2020. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós- Graduação em Educação Contemporânea da Universidade Federal de Pernambuco, Caruaru, 2020.

TEIXEIRA, Pedro Henrique de Melo. **Condições de trabalho docente e processo de implementação do Programa de Educação Integral no Ensino Médio da Rede Estadual de Pernambuco.** 2017. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Pernambuco, Centro Acadêmico do Agreste (CAA), Pós- Graduação em Educação Contemporânea, Caruaru, 2017.

VARGAS, Francisco E. Beckenkamp. **O ensino da Sociologia: Dilemas de uma disciplina em busca de reconhecimento.** Disponível em:

<<https://wp.ufpel.edu.br/franciscovargas/publicacoes/artigos/>> e acesso em: 04 jan. 2023.

WOBETO, Samara. **Em uma sociedade neoliberal, a educação está a serviço do mercado.** 2022. Disponível em: <<https://www.ufsm.br/midias/arco/sociedade-neoliberal-educacao-servico-mercado>>. Acesso em 16/08/2023.